

Projeto Integrado de Proteção às Terras e Populações Indígenas  
da Amazônia Legal

PROJETO BRA/96/018

Relatório sobre a delimitação da Terra  
Indígena Tenharim do Igarapé Preto - AM

**Grupo de Trabalho (portaria 117 de 31/01/1997):**

Edmundo Antonio Peggion - antropólogo coordenador (UFMT/MT)

Zenildo de Souza Castro - técnico em agrimensura (FUNAI/AM)

Plácido Costa Júnior - biólogo colaborador (OPAN/MT)

Ozires Ribeiro Soares - técnico em agricultura e pecuária (FUNAI/DF)

João Castro Ximenes - técnico agrícola (INCRA/AM)

*Edmundo Antonio Peggion*

Cuiabá, 1997

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
A. SOBRE ESTE TRABALHO .....	1
B. PANORAMA DOS ESTUDOS REALIZADOS.....	3
<b>PARTE I.....</b>	<b>6</b>
A. OS TENHARIM DO IGARAPÉ PRETO .....	6
B. HISTÓRICO DO GRUPO.....	14
<b>PARTE II.....</b>	<b>26</b>
HABITAÇÃO PERMANENTE .....	26
<b>PARTE III.....</b>	<b>28</b>
ATIVIDADES ECONÔMICAS .....	28
<b>PARTE IV.....</b>	<b>33</b>
MEIO AMBIENTE .....	33
<b>PARTE V.....</b>	<b>36</b>
REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL .....	36
<b>PARTE VI.....</b>	<b>42</b>
LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO .....	42
<b>PARTE VII.....</b>	<b>44</b>
CONCLUSÃO.....	44
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>46</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>49</b>
<b>ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS.....</b>	<b>59</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS.....</b>	<b>64</b>

## INTRODUÇÃO

### a. sobre este trabalho

Este relatório refere-se aos estudos realizados para delimitação da Terra Indígena Tenharim do Igarapé Preto. Esta área foi objeto de uma delimitação inicial proposta por Miguel Menéndez em 1985 e recusada como definitiva, pela população, em fevereiro de 1997.

O trabalho para este relatório desenvolveu-se, inicialmente, através de uma visita à comunidade indígena entre os dias 21 e 27 de janeiro de 1997. Nesta primeira viagem, realizou-se um diagnóstico sobre a expectativa da população com relação ao processo de demarcação da TI. A consulta à população foi feita pelo antropólogo e pelo técnico em agrimensura, Zenildo de Souza Castro. Como já não havia aceitação dos limites propostos inicialmente e considerando legítima a contestação, voltou-se para Porto Velho e de lá iniciaram-se as articulações para a composição de um Grupo de Trabalho, que realizaria o reestudo da área, com vistas a ampliar parte do território e anexá-lo à proposta inicial.

Durante os dias de permanência em Porto Velho, enquanto se aguardava a composição do GT, os dois membros já instituídos buscaram maiores informações sobre a região no Exército (54º Batalhão de Infantaria da Selva - BIS em Humaitá-AM e 5º Batalhão de Engenharia e Comando - BEC em Porto Velho-RO), no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de Porto Velho e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA de Humaitá e de Porto Velho.

Uma série de contratempos impossibilitaram que as viagens, tanto a primeira já realizada, quanto a segunda, que estava sendo organizada, fossem bem agilizadas. A Administração Regional de Porto Velho teve muitas dificuldades em dar o apoio necessário para a objetividade do trabalho, pois faltavam recursos e infra-estrutura ideal. Após uma série de mal-entendidos e também com um atraso na liberação dos recursos, é que se seguiu para o trabalho de campo.

Com a composição quase completa do GT (o membro do INCRA seria incorporado ao Grupo em Humaitá, durante o trajeto para a TI), o grupo dividiu-se em atividades que

contemplaram a organização da viagem como compra de materiais e equipamentos e visitas a órgãos que poderiam auxiliar a equipe em seu trabalho. O técnico em agrimensura Zenildo de Souza Castro, o biólogo Plácido Costa Júnior e o antropólogo estiveram em visita à Secretaria de Desenvolvimento Ambiental - SEDAM para requisitar mapas e fotografias aéreas da região. Como não foi possível adquirir tais mapas, o biólogo estabeleceu relações de trabalho com alguns profissionais do setor, que resultou na confecção de um mapa da TI acompanhado de uma fotografia aérea da região. Este apoio foi fundamental para o bom desenvolvimento do trabalho em campo.

A segunda etapa da viagem deu-se já na forma de um GT composto por João Castro Ximenes, técnico agrícola do INCRA, Ozíres Ribeiro Soares, responsável pela questão fundiária e funcionário da FUNAI, Plácido Costa Júnior, biólogo colaborador da OPAN, Zenildo de Souza Castro, técnico em agrimensura e operador do GPS, da FUNAI e Edmundo Antonio Peggion, antropólogo colaborador da UFMT, autor deste relatório. A viagem de campo desenvolveu-se entre os dias 08 e 18 de fevereiro de 1997. Este relatório é resultado das duas viagens realizadas entre janeiro e fevereiro de 1997.

A delimitação aqui proposta considera o trabalho já feito por equipes anteriores, realizando algumas alterações apenas no que se relaciona à sede da mineração, seguindo orientação da comunidade indígena. De acordo com a proposta dos Tenharim, a nova delimitação deverá abranger a sede da mineração, a pista de pouso e um castanhal. Com esta nova área, a população passa a ter o domínio de uma área de ocupação tradicional, além de assegurar por completo ambas as margens do Igarapé Preto.

Após a viagem de campo, os membros do grupo iniciaram a elaboração de seus respectivos relatórios. Os mapas foram encaminhados pelo biólogo à uma equipe especializada em Mato Grosso para a elaboração definitiva. O antropólogo contactou o Instituto Sócio Ambiental para obter informações sobre a região no que tange à questão mineral. A todas as instituições, que apoiaram o desenvolvimento dos trabalhos, os nossos agradecimentos.

## **b. panorama dos estudos realizados**

Não se realiza aqui o primeiro trabalho de delimitação da área Tenharim do Igarapé Preto. Os primeiros estudos para delimitação desta Terra Indígena - TI, foram feitos desde 1984, quando a primeira equipe, coordenada pelo antropólogo Alceu Cotia Mariz, esteve no local para realizar um diagnóstico das questões que envolviam a população indígena e a empresa mineradora que atuava neste território. Desde então foram realizadas visitas em 1985, 1987 e 1989. Equipes foram enviadas para proceder a delimitação da área e avaliar o impacto ambiental e sócio-cultural.

Provavelmente devido à presença da empresa mineradora no local, os trabalhos de delimitação desta área tornaram-se mais delicados, resultando que a TI Tenharim do Marmelos, próxima ao Igarapé Preto, já esteja demarcada e homologada, enquanto a TI do Igarapé Preto necessitou de mais um estudo, realizado por este GT entre janeiro e fevereiro de 1997. O relatório realizado pela equipe de Alceu Cotia Mariz em 1984 já demonstrava a necessidade urgente de demarcação da Área Indígena Tenharim do Igarapé Preto. O grupo constatou perda cultural, invasão e depopulação entre outros fatos. A presença da mineradora estava na iminência de provocar um conflito, pois a mesma aliciava os índios para em troca conseguir tranquilidade na lavra de cassiterita. Ocorria no momento uma disputa, com a empresa querendo realizar a lavra no local exato onde estava a aldeia. Além disso, impedia a lavra manual realizada pelos Tenharim, alegando que a permissão para a retirada do minério era exclusividade da companhia<sup>1</sup>. Alceu Cotia Mariz propôs, então, a imediata demarcação da TI e a saída da empresa mineradora do território indígena. A delimitação proposta por Mariz considerava a Área Indígena Tenharim do Igarapé Preto entre os rios Machadinho e Branco, conjugando-a à Área Indígena Tenharim do rio Marmelos.

Entretanto, em 1985, o antropólogo Miguel Menéndez esteve entre os Tenharim do Igarapé Preto e afirmou que uma área contínua para os dois grupos era impossível. Havia uma expectativa no local com relação a esta proposta de demarcação e também com a retirada imediata da

---

<sup>1</sup> Antes da chegada da mineração no local haviam muitos garimpeiros retirando cassiterita artesanalmente. Havia, então, a participação dos Tenharim.

mineradora da área. Menéndez ajustou, então, as reivindicações às possibilidades que a região oferecia à época, certo que estava de um conflito eminente na região, caso a demarcação proposta pelo GT anterior fosse levada a cabo.

Em dezembro do mesmo ano, Menéndez retornou às áreas Tenharim, do rio Marmelos e do Igarapé Preto e propôs uma delimitação para ambas. Afirmou então, neste seu relatório, que a mineradora pretendia permanecer no Igarapé Preto até 1987, quando iria desativar a lavra e iniciar um projeto agropecuário em seu lugar. Para Menéndez, das áreas em processo de delimitação na região, a mais conflitiva era a do Igarapé Preto. A proposta de Menéndez para a mesma confirmou seu relatório inicial e definiu uma área não contínua com o rio Marmelos, além de levar em consideração a presença da mineradora no local. Esse estudo, baseado, segundo Menéndez, na conjuntura política da época, permaneceu o mesmo até o presente momento, quando os Tenharim resolveram reivindicar uma mudança nas linhas divisórias do território.

Em 1987 a antropóloga Niviane Maciel esteve entre os Tenharim do Igarapé Preto para realizar um diagnóstico da situação desse grupo. Em seu dossiê propõe, entre outras coisas, a formação de um grupo para realizar um estudo do impacto ambiental e sócio-cultural na área. Com esse intuito, formou-se em 1989 uma equipe com uma antropóloga, uma psicóloga, um engenheiro florestal e um engenheiro agrônomo.

Em 1989 a mineradora já havia encerrado suas atividades quase por completo e, apesar do alto índice de alcoolismo, os Tenharim estavam questionando a própria experiência. A área estava em péssimo estado, com 300 hectares desmatados, rios degradados, cursos desviados e assoreamento. Segundo constatou o grupo de 1989, não havia possibilidade de regeneração do solo e a derrubada da mata ciliar havia provocado uma diminuição dos peixes no rio (Santos, 1989:19). O impacto ambiental negativo necessitava de uma ação intensiva de recuperação e o panorama da região pedia a suspensão definitiva dos trabalhos da mineradora e uma imediata demarcação do território, já com parecer favorável desde 1988, com os limites propostos por Miguel Menéndez. Responsável pela degradação ambiental, a mineradora deveria arcar com os

custos, fato este comunicado à empresa por carta. (Cópias das cartas encontram-se em anexo ao relatório de Vera Lopes dos Santos (Santos, 1989)).

Passaram-se os anos e, em 1992 um parecer da Funai, baseado na área proposta pelo GT Portaria nº 1883/E pede a anuência da comunidade indígena. A área proposta de 79.500 hectares e perímetro aproximado de 152 Km há havia sido aprovada pelo GTI Decreto nº 94.945/87, Parecer nº 182/88 e declarada de posse permanente pela Portaria Interministerial nº 535, de 21.11.1989, publicada no Diário Oficial da União em 23.11.1989.

A visita aos Tenharim para requisitar a anuência da comunidade realizou-se pelo autor deste relatório e conforme dito acima, não foram aceitos os limites propostos pelos grupos anteriores. Desta maneira compôs-se um novo grupo de trabalho que realizou o presente estudo para uma nova delimitação da referida Terra Indígena.

A seguir apresentamos os dados que reafirmam a posse imemorial sobre as terras requeridas pelos Tenharim do Igarapé Preto. O relatório está dividido em oito partes, seguindo aproximadamente a orientação de elaboração da Fundação Nacional do Índio.

Após a introdução, segue-se uma apresentação sobre os Tenharim, dados sobre a organização social, localização, população e histórico do grupo, coletado através de documentos e da memória oral. Na segunda parte há uma descrição da aldeia, sua localização e distribuição da população. Como extensão da segunda parte, a terceira apresenta dados sobre as atividades econômicas Tenharim, suas formas de organização tradicional e como se encontram atualmente. A quarta parte trata da questão do meio ambiente, com dados sobre as atividades desenvolvidas pela população e o impacto causado pelo contato, principalmente com a mineração. Esta parte é baseada em observações de campo e nos relatórios de Vera Lopes dos Santos (1989) e de Plácido Costa Júnior (1997), biólogo componente do GT (relatório em anexo). O quinto item do relatório refere-se à reprodução física e cultural do grupo dentro do território: sua população por faixa etária e a utilização do ambiente como espaço de recursos naturais e simbólicos. A sexta parte apresenta dados sobre o levantamento fundiário realizado pelos técnicos da Funai e do Incra e referem-se basicamente às benfeitorias abandonadas no local pela mineração. Não há, no

momento, no território Tenharim invasão de qualquer espécie. A última parte faz um balanço final do estudo realizado e propõe a nova delimitação para esta Terra Indígena.

## PARTE I

### a. os Tenharim do Igarapé Preto

Os Tenharim, auto referidos como Kagwahiva<sup>2</sup> dividem-se em três grupos locais - Marmelos, Igarapé Preto e Sepoti - todos localizados na região do rio Madeira, no estado do Amazonas. São falantes da língua Tupi - Guarani, subgrupo Kagwahiva e, juntamente com os Parintintin e Jahoi<sup>3</sup>, constituem os Kagwahiva do rio Madeira. Outros grupos, fora desta região, também se auto definem como Kagwahiva. São eles os Juma, os Karipuna, os Uru-eu-wau-wau e os Mondawa.

Todos estes povos são considerados remanescentes dos antigos *Cabahybas*, que migraram do alto Tapajós para o interior (Nimuendajú, 1924:205; [1948]1963:283-284; Menéndez, 1989:50). Durante a migração, este povo dividiu-se e ocupou uma vasta área entre os rios Madeira e Tapajós.

Os Tenharim do rio Marmelos e os Tenharim do Igarapé Preto são prováveis remanescentes de duas ramificações de um único grupo que realizavam o intercasamento (Menéndez, 1985b:14-15)<sup>4</sup>. Desta maneira, ainda hoje, há entre eles uma estreita relação de aliança, mas que não deixa de ser permeada pela hostilidade. De qualquer forma, os laços que unem estes dois grupos é mais estreito do que com os Parintintin ou Jahoi.

Os Tenharim do rio Marmelos referem-se aos Tenharim do Igarapé Preto como *Tenondehu* e estes chamam os Tenharim do Marmelos de *Ytyngyhu*. Os termos de referência destes grupos demonstram que há uma atitude forte com relação à geografia e, conseqüentemente, à questão

<sup>2</sup> Kagwahiv segundo Rodrigues (1986).

<sup>3</sup> Diahói segundo Rodrigues (1986).

<sup>4</sup> Os Tenharim do rio Sepoti surgiram de uma facção que cindiu-se dos Tenharim do rio Marmelos em tempos recentes, por volta da década de 60 deste século. Duas mulheres - Mandua'i e Tugwara - deixaram o grupo e foram viver com regionais (Menéndez, 1985a:13). Inicialmente a residência foi no rio Sepoti, depois no Estirão Grande e atualmente, aparentemente, estão de volta ao rio Sepoti.



territorial. *Ytyngyhu*, segundo os Tenharim do Igarapé Preto é o rio Marmelos, e *Tenondehu* parece demarcar uma posição na perspectiva de quem fala: para os Tenharim do Marmelos os Tenharim do Igarapé Preto estariam na direção do sol nascente. Outro termo usado pelos Tenharim do Igarapé Preto para si próprios é *Yvytyruhu*, traduzido pelos membros da comunidade em algo como “o povo que vive nas serras”. E a serra é uma característica marcante da área em que vivem.

Os Tenharim do Igarapé Preto vivem hoje numa aldeia localizada na região intermediária entre a mata serrana e o cerrado. São quarenta e três indivíduos (contando a família de Zequinha Parintintin, recém chegada na área) que vivem da caça e pesca e da coleta de castanha e produção de farinha para comercialização. É evidente a retomada de formas tradicionais de organização que tinham sido abandonadas em consequência da mineração e a busca de uma auto-afirmação cada vez maior. Há, neste sentido, uma mudança de perspectiva com relação aos relatórios anteriores. Mesmo assim, a população não cresceu nos últimos anos: Mariz (1984:05-06) fala em sessenta e cinco habitantes em 1984 e Santos (1987:07) registra quarenta e um indivíduos em 1987. A população é praticamente a mesma desde 1987, o que demonstra uma estagnação, talvez resultado da situação problemática vivida nos últimos anos. Além disso, as possibilidades matrimoniais são restritas a um complexo sistema matrimonial, como veremos adiante, dificultando a realização de casamentos no interior do grupo.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Abaixo podemos ver a genealogia da população Tenharim com algumas relações com o grupo do rio Marmelos. Neste gráfico, as representações são as seguintes: triângulos são homens, círculo são mulheres. O sinal de igual designa casamento, uma linha por cima, ligando dois ou mais indivíduos significa germanidade e uma linha vertical significa filiação.



Foto 1 - família de Martim



Foto 2 - família de Zequinha Parintintin



Foto 3 - família de Garcia



Foto 4 - família de Manoel Canela



Foto 5 - família de Kari e Manoel Arraia (à direita)



Foto 6 - família de Almerindo

Apesar disso, há entre os Tenharim uma expectativa de futuro, associada ao crescimento populacional e à demarcação do território. Esperam-se a garantia das terras, pois sabem que dela dependerão as gerações vindouras. Isso parece ser muito claro para a comunidade. A geração mais velha, composta de poucas pessoas, sabe reconhecer os mais diversos pontos de utilização das terras, onde encontram-se os recursos naturais e simbólicos da área. Há um efetivo interesse em reproduzir esse conhecimento aos jovens e isso ocorrerá de qualquer maneira. Embora os Tenharim não tenham a noção de propriedade privada da terra, que é concebida coletivamente, algumas regiões são de utilização individuais. Desta maneira, um jovem herdará os castanhais, seringais e roças de seu pai, permitindo a utilização dos mesmos pelo seu sogro. Baseado nisto, os jovens devem conhecer também seu território e assim o fazem, identificando, além de sua região de ocupação, o espaço dos demais membros da comunidade.

Nestes espaços de usufruto familiar, a serra e a mata são áreas que se complementam e são fundamentais na vida do grupo. São locais de onde a população retira sua subsistência e também onde estão localizados parte dos temas do universo simbólico desta sociedade.

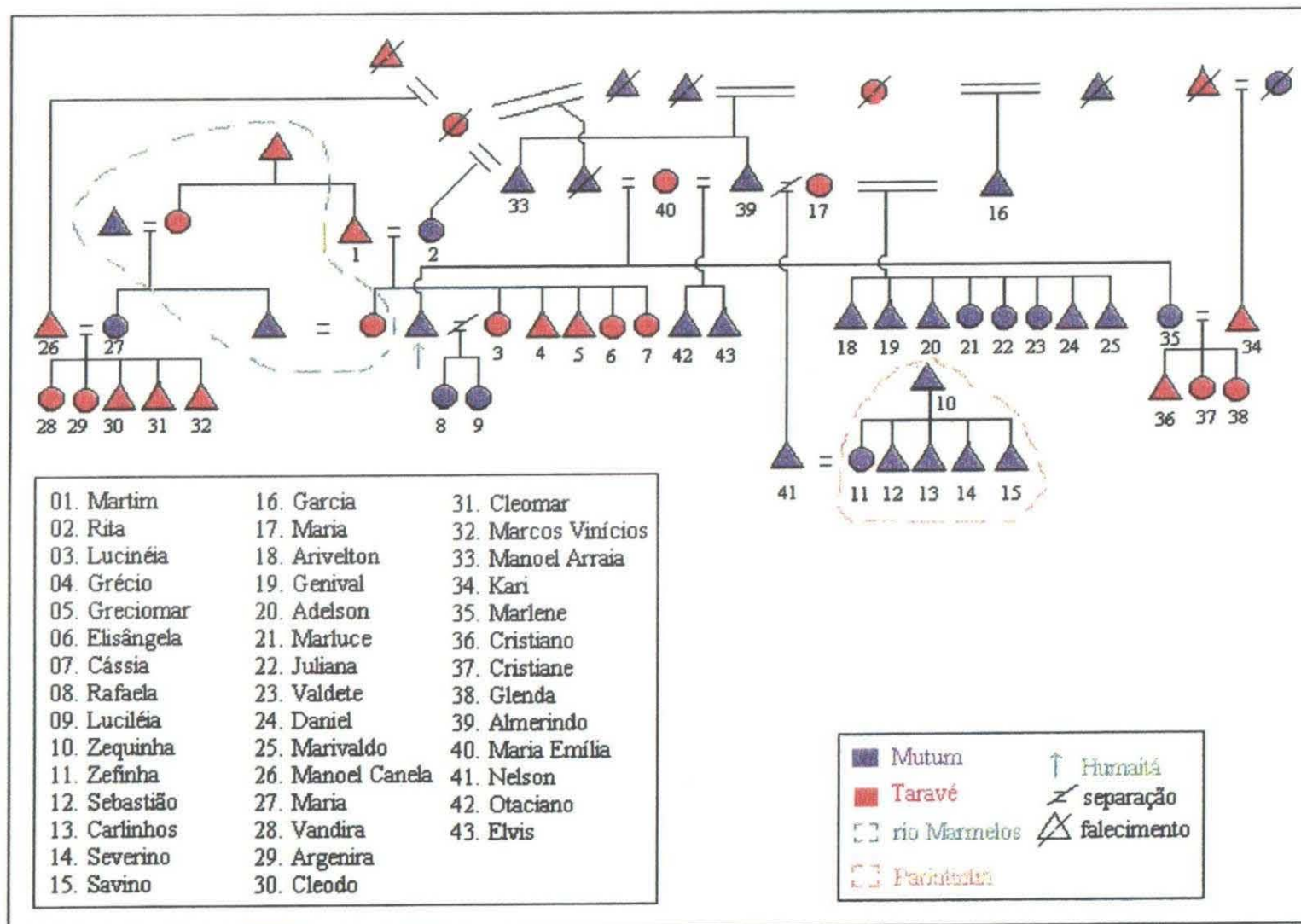


Figura 1 - genealogia da população Tenharim do Igarapé Preto

As aldeias Tenharim situam-se, portanto, em regiões geográfica e ecologicamente intermediárias. Os povos Tupi em geral são caçadores por excelência. O levantamento realizado pelo biólogo comprova esta tese, demonstrando uma preocupação especial dos Tenharim com a caça, mas, apesar disso, é interessante observar que praticamente todas as aldeias antigas localizavam-se nestas regiões intermediárias, denotando a necessidade de uma demarcação que contemple vários ecossistemas (ver em anexo mapas com as formas de ocupação da TI, o manejo dos recursos e locais de antigas aldeias e cemitérios).

É importante observar que o universo Kagwahiva é ordenado em um sistema de metades exogâmicas patrilineares. Sociedade, plantas e animais são associados a estas metades, conforme podemos ver no censo da população em anexo. Estas metades são definidas através de dois pássaros: Mutum e Taravé<sup>6</sup>. Por serem patrilineares, todo indivíduo que nasce, pertence à metade paterna; por serem exogâmicas, o casamento somente é permitido na metade oposta.

Entretanto, existem algumas regras que permitem o casamento endogâmico neste sistema. Os indivíduos de grupos Kagwahiva diferentes podem se casar, ainda que sejam da mesma metade. Neste caso, o que prevalece é a distância genealógica, ou geográfica, que existe entre eles. Se um homem Parintintin, por exemplo, decide se casar com uma mulher Tenharim, eles podem ser da mesma metade, pois são de grupos diferentes. Acontecerá, entretanto, de seus filhos ficarem marcados para sempre. Segundo os Tenharim, quando o pai e a mãe são ambos Mutum ou Taravé, seus filhos serão da metade a que pertence o pai acrescido do termo *ojyupypiara*<sup>7</sup>. Os filhos do sexo masculino, resultados do casamento na mesma metade terão filhos que também serão *ojyupypiara* e assim por diante, patrilinearmente.

No caso dos casamentos no interior do grupo, a exogamia é rigorosa e tem dificultado a realização de casamentos entre os Tenharim. Há muitos jovens em idade matrimonial que não encontrariam esposas na aldeia. Parece ocorrer também uma recusa no casamento em uma idade,

---

<sup>6</sup> Mutum-Nanguera e Kwandu-Tarave (Mutum (*crax* sp.); Kwandu (*Thrasaëtus harpya* Linn? - *Spizaëtus tyrannus* wied? segundo Nimuendajú, 1924:225) e Tarave (pássaro-ararinha segundo Betts, 1981:186) ou Tarové (*Conorus leucophthalmus*? - maracanã, segundo Nimuendajú, 1924:225).

<sup>7</sup> "Casou igual", segundo os Tenharim.

que, segundo as regras Kagwahiva, seria apropriada. O argumento é de que é preciso estudar primeiro para depois casar. Esta recusa também pode estar pautada no problema que resulta de ter que se casar fora, no rio Marmelos, por exemplo. O noivo teria que viver um período de sua vida em um grupo ao qual não pertence e saltar de uma população de 43 pessoas para uma de mais de 300. Quando se trata de uma noiva, ela pode não voltar mais. Estas questões fazem parte da organização desta sociedade, que exige a prestação de serviços ao sogro após o casamento, ponto que veremos adiante, quando tratarmos da habitação permanente.

As metades regulam todo o universo sócio-cosmológico; não há nada que não pertença ao sistema exogâmico. Tais regras demonstram que os Tenharim, longe de terem perdido seus valores tradicionais, atêm-se a eles de uma maneira muito segura e convicta. As poucas dúvidas com relação à classificação de animais e plantas envolviam elementos posteriores ao contato, pois os mesmos, não faziam parte do universo social indígena.

#### **b. histórico do grupo**

Os Kagwahiva foram localizados, por volta de 1750, primeiramente na região do curso superior do rio Juruena, ao lado dos Apiaká. Praticamente desconhecida das frentes de expansão, essa região, conhecida como reino dos povos de língua geral (Ferreyra, 1752), vai ser vasculhada pela frente mineradora, que desde Cuiabá avançava para o Norte à procura de novas minas de ouro (Menéndez, 1989:38). Este fato, bem como a guerra com os Munduruku, foram assinalados como causas do deslocamento dos Kagwahiva dessa região para as margens do rio Madeira (Nimuendajú, 1924:207-208). Conforme Tocantins (1877:93):

*"As principaes victimas dos Mundurucus são os Parintintins, porque, além do interesse de fazer captivos, o ódio mortal, que existe de longa data entre estas duas tribus também serve de móvel para frequentes ataques."*

Entretanto, conforme Menéndez (1989:47), os condicionantes desta migração são muito mais complexos e se relacionam a uma dinâmica intertribal na região.



Neste momento, quando se registra a primeira referência aos Kagwahiva, inicia-se também o período da Política Pombalina, que caracterizou toda uma maneira de agir para com os índios da Amazônia. A expulsão dos jesuítas por Pombal fez com que a população indígena, aldeada ou não, fosse incorporada aos sistema colonial sem intermediários. A política pombalina permitiu o aumento do número de colonos brancos e seu conseqüente domínio sobre os indígenas. O resultado foi a reação aos Diretórios e uma definição da política indigenista para os anos posteriores. Ainda assim, após a queda de Pombal (1777) até a independência do Brasil, a legislação é de cunho progressivamente anti-indígena (Moreira Neto, 1988:27-30).

A utilização da mão-de-obra indígena através dos descimentos e os conflitos generalizados na região levaram muitos grupos a longas migrações dentro do território amazônico. Na área compreendida entre o Madeira e o Tapajós, tais conflitos levaram à extinção e à fuga a maioria dos grupos que viviam à margem dos grandes rios. Em conseqüência, grupos que até então se localizavam no interior das matas, ocuparam os espaços vazios e passaram a ser citados mais freqüentemente por cronistas e viajantes, que circularam na região durante os séculos XVII e XVIII. (Ribeiro, 1970:37; Menéndez, 1981/82:350)

Assim acontece com os Kagwahiva: em 1817 são registrados pela primeira vez sob o etnônimo de Parintintin, dado, talvez, pelos Munduruku aos seus inimigos<sup>8</sup>. Em 1850, Kagwahiva e Parintintin são registrados ao mesmo tempo sendo que depois disso o etnônimo Kagwahiva desaparece e tais povos passam a ser designados por Parintintin. (Menéndez, 1989:26) Após a 'pacificação' realizada por Nimuendajú, em 1922 foi possível constatar que Kagwahiva é a autodenominação dos Parintintin e que esta última designação apenas se aplicava a um desses povos. (Nimuendajú, 1924:204-205)<sup>9</sup>.

Na região do rio Madeira, a aproximação dos grupos Kagwahiva com a sociedade brasileira se deu após uma intensa guerra, que perdurou por cerca de 70 anos, entre meados do século XIX

---

<sup>8</sup>Para uma discussão detalhada da origem desse etnônimo, ver Nimuendajú, 1924:204-211 e Menéndez 1989:42.

<sup>9</sup>Entretanto Nimuendajú (1924) não considera os outros povos do rio Madeira, desconhecidos então, mas generaliza a autodenominação dos Parintintin aos povos do Alto Machado, fazendo um minucioso levantamento do etnônimo Kagwahiva na documentação histórica.

e a década de vinte do presente século só terminando com a ação do SPI - Serviço de Proteção aos Índios e após a instalação definitiva de colocações de seringueiros na região. Curt Nimuendajú foi o principal agente dessa aproximação: contratado pelo SPI, organizou expedições e se fixou no interior do território indígena.<sup>10</sup> Por falta de verbas do SPI, Nimuendajú abandonou seu projeto com apenas cinco meses, deixando em seu lugar vários auxiliares. Alguns anos mais tarde, um deles, José Garcia de Freitas, choca-se ante a quantidade de grupos, chamados por ele de "Clans Guerreiros":

*"Provisoriamente conhecemos nove grupos, todos inimigos entre si, fazendo a guerra e commettendo a crueldade no mais alto grau com as sua victimas. São os seguintes: 'Kuandey' (Gaviãozinhos), 'Odiahub'<sup>11</sup>, 'Itauéry', 'Tucut', 'Miundê', 'Pain', 'Apairandê'<sup>12</sup>, 'Kôte-Apain', 'Boritá', grupo este hoje em dia composto só de mulheres." (Freitas, 1930:7-8).*

Ao que parece, era desconhecida até então a diversidade de povos Kagwahiva nessa região: todos eram considerados Parintintin. No entanto, o etnônimo Kagwahiva é anterior, e suas referências em vários locais diferentes parecem demonstrar um deslocamento dentro de uma vasta extensão da área Madeira-Tapajós.

<sup>10</sup> Desse trabalho resultou uma monografia, hoje considerada clássica, onde descreve os pormenores de como atrair um povo para o contato (Nimuendajú, 1924)

<sup>11</sup> Possivelmente estes Odiahub, assim como os Odiarhúebe, referidos abaixo, são os atuais Jahoi, aliados dos Tenharim.

<sup>12</sup> Apairandê, segundo informações obtidas por Menéndez 1989:83-84, era o etnônimo para os Tenharim. Entretanto, as informações atuais não dão conta de um grupo com este nome. Talvez tenha havido uma certa confusão entre este registro nos documentos e o nome do ancestral mítico colocado como último na cadeia genealógica por todos os Kagwahiva: Nhaparundi.



Segundo Nimuendajú (1924:201-203), o território Parintintin (entenda-se Kagwahiva) na região do rio Madeira, se estendia por cerca de 22.000 km<sup>2</sup>, delimitados ao Norte e ao Oeste por esse rio; ao Sul pelo rio Machado e a Leste pelo rio Marmelos, com seu braço oriental o rio Branco (ver mapa na página anterior).

Nimuendajú relata (1924:203-203), que entre seus primeiros contatos com o povo Parintintin até sua partida, havia uma população de 250 indivíduos. A subsistência deste grupo era baseada numa economia adaptada à floresta tropical. Plantavam milho, mandioca, batata-doce, urucum, algodão, banana e mamão. Pescavam com arco e flecha e timbó e caçavam preferencialmente antas, veados e macacos (Nimuendajú, 1924:249-251).

Nimuendajú chegou como funcionário do SPI para realizar o projeto de “pacificação” dos Parintintin, intencionado há muitos anos na região, tanto por particulares quanto por instituições como o SPI. A ocupação da região por seringueiros no início do presente século já havia se efetivado dentro do território Kagwahiva, resultando em conflitos contínuos com estes povos. De uma forma geral os conflitos são, na verdade, anteriores à instalação definitiva de regionais e nos remetem a meados do século anterior.

No século XIX, os grupos predominantes na região do Madeira são Mawé, Munduruku e Parintintin. No final deste mesmo século requisitava-se proteção policial devido aos ataques dos Parintintin (Hugo, 1959:202). Os Munduruku nesse período colaboravam com os colonizadores contra outros grupos indígenas da região (Moreira Neto, 1988:120).

Os Kagwahiva, conhecidos após 1817 sob o etnônimo de Parintintin, estavam distribuídos em pequenos grupos locais com território determinado e ocupando uma vasta região entre os rios Madeira e Tapajós. Viviam entre a aliança e o conflito, mas reconheciam-se enquanto uma única sociedade. Cada um destes grupos locais, que provavelmente organizavam-se em torno de um grupo doméstico, possuía o nome de seu líder ou de sua localização (no caso rios, serras, etc.). O faccionalismo é uma característica de tais povos e conseqüentemente as uniões eram instáveis e novos grupos estavam em constante formação. As estratégias políticas ligadas à questão residencial, ponto a ser discutido neste relatório, caracterizam a forma de conceber a ocupação do

território e a constituição de grupos. Registros orais reforçam a territorialidade dos grupos, narrando a sua distribuição na região, realizada por Nhaparundi, ancestral Tenharim, e também que, em momentos iniciais do contato, os grupos chegaram a se unir para fugir dos brancos (Menéndez, 1987:86-87; 1989:80). De certa forma é impossível registrar com precisão a constituição dos grupos Kagwahiva na região, mas os relatos demonstram e a documentação confirma, que os mesmos ocupavam toda a região intermediária entre os rios Tapajós e Madeira.

Os relatos dos Tenharim do Igarapé Preto denotam uma ocupação muito antiga da região serrana onde vivem atualmente. As longas migrações realizadas têm sempre como referência as serras e o cerrado que são o entorno do igarapé Preto. As antigas aldeias, como se poderá constatar no mapa, também demonstram um circuito de ocupação de todo o território pretendido atualmente.

As serras são também parte do universo cosmológico Kagwahiva. Mbahira, herói mítico, é morador destas serras e possui uma série de animais de estimação e atributos relacionados às pedras. Todas as serras da região do Igarapé Preto são tidas como morada de Mbahira e, em tais lugares, é possível encontrar muitas coisas pertencentes a este herói (flores, fezes, animais, farinha, etc.).

Outra forte evidência da ocupação da região pode ser encontrada nos cantos dos Tenharim do Igarapé Preto. Todos os Kagwahiva narram seus feitos no passado na forma de cantos. Todos estes cantos, são acompanhados no final por uma frase que caracteriza o grupo que vivenciou a situação. Entre os Tenharim do Igarapé Preto a frase “Iu, Iu, Tenondehu, Yvytyruhu”, que acompanha o final das canções, designa os dois termos, ligados a noções geográficas, da autodenominação Tenharim do Igarapé Preto. As canções dos Tenharim da Transamazônica, por sua vez referem-se ao rio Marmelos, *Ytyngyhu*.

Muito anterior ao contato mais intenso, por volta de 1950, portanto, os Tenharim do Igarapé Preto já ocupavam a região atualmente pretendida. Tiveram os primeiros contatos com brancos no atual rio Madeirinha, quando aproximaram-se de alguns seringueiros e foram

brutalmente assassinados. Estes fatos ocorreram há pouco tempo, por volta de 1940, pois os indivíduos envolvidos eram parentes próximos dos atuais remanescentes.

No Igarapé Preto, conforme dito acima, os primeiros contatos com não índios foram traumáticos. Durante os trabalhos antropológicos para a elaboração desta proposta de delimitação, foi possível coletar algumas narrativas do período em que ocorreram os contatos iniciais dos Tenharim do Igarapé Preto com regionais. Os narradores foram os indivíduos mais velhos da aldeia, Kari, Almerindo e Arraia. Segundo os informantes, o avô de Almerindo, pai de seu pai, morava na região e só havia Tenharim. *“Muito Tenharim”*, segundo Almerindo, *“mais do que no Marmelos”*. Alguns índios desceram o Igarapé Preto, entre eles um dos irmãos de Kari, e pegaram primeiro uma canoa de regionais. Tal fato nos remete a um período recente, pois os narradores eram crianças (Kari, Almerindo, Arraia). Chegaram na beira do rio e gritaram pedindo canoa para o seringueiro. Atravessaram o rio e conversaram durante um tempo, pediram terçado e não receberam; depois saíram e voltaram escondidos para roubar os facões. Dois esperaram no barco e um foi até a casa do seringueiro. Quando este estava pegando os terçados foi recebido a tiros pelo seringueiro. Fugiu e acabou morrendo quando chegou no rio; os outros também foram atingidos. Do grupo, segundo Kari, sobraram apenas três homens vivos. Este foi o primeiro contato; tempos depois voltaram na mesma região, desta vez na boca do rio Machadinho.

Este segundo encontro parece marcar o início do contato definitivo dos Tenharim do Igarapé Preto com a população regional. Um seringueiro chamado Macário foi quem recebeu os Tenharim, oferecendo-lhes terçados e empregando-os na extração da seringa. Foi a primeira relação com um patrão, que encontrou eco na própria estrutura social do grupo, associado ao Tavejara, grande chefe. Segundo Almerindo:

*“Não tem não, não tem nada, nem machado, nem facão, nem roupa, nada. Amõe<sup>13</sup> que falou, na boca do...ai, né? Não tem nem terçado, nem machado pra roçar, né? Ai conversa meu pai com Ipoari, Uvyra<sup>14</sup> do meu pai, né? Tá ruim pra nós. Conversando com Amõe, num sei.... têm pra baixo têm no rio grande, no*

<sup>13</sup> Amõe é o termo de parentesco utilizado para o pai do pai ou para o pai da mãe reais ou classificatórios (avô).

<sup>14</sup> Uvyra é o termo de parentesco utilizado para o irmão do pai ou equivalente (tio paterno).

*Madeirinha têm, porque tá ruim pra nós, arrumar facção pra nós, nem machadinha não tem. Tem não. Ai, vamos embora fazer isso. Embora baixar no Madeirinha, no Machadinho, na boca. Na boca. Ai o pessoal conversaro, fez reunião: -Tá bom, embora logo...*

*...Ai Macário, ele mora na boca do outro lado, na boca do Machadinho, pra baixo, né? Ai era motor póooo. Ai meu pai contava pra gente, ai na beira, né? Por terra. Ai viu estrada, seringa, né? - Olha aqui, tapu'yña<sup>15</sup>...Ai foi na beira, na boca do Machadinho, ai o rio é grande, assim que nem o Madeira, né? Ai primeiro irmã do Kari que gritava para o Macário, né? Ai Amõe disse pôde gritar logo: - Ei, Tapyiti (nunca viu índio, né compadre), Ei, Tapyiti, iharoreve, traz canoa pra nós, né? Ei, Tapyiti. - Que é? Ipoari Tenharim que gritou de repente: - Ei, traz iharoreve (iharoreve na gíria, né?). Ihara! - Tá! Ai pega canoinha, ai o rapaz tem medo, né? - Não, eu venho aqui, porque nós não tem patrão, nem terçado, não é pra matar, nós vem aqui pra arrumar patrão, né?, tavejara, né?, pra trabalhar. -Ah, tá bom. Olha aqui, pode vim dois, canoinha muito pequena, volta pegar. Deixa outro ai leva tudo pra lá. - Agora, eu queria trabalhar pra você, por isso nós vem aqui. " (1997).*

Estabelecidas as relações, Macário ensinou os Tenharim a extraírem a seringa e passou a adquiri-la em troca de bens manufaturados. Esta relação durou muitos anos, segundo Almerindo, Arraia e Kari. Muito tempo depois, com a morte de Macário, surge entre os Tenharim um novo patrão chamado Domingos. Trabalham muitos anos para Domingos, que, com sua morte deveria ser substituído pelo seu filho, Sabá dos Santos. Este indivíduo casou-se com uma das irmãs de Almerindo, mas, segundo os Tenharim, nunca se tornou efetivamente um patrão como seu pai. Hoje Sabá dos Santos mora em Porto Velho com esposa e filhos e ainda frequenta o Igarapé Preto, possuindo lá seringais e castanhais. Parece não haver problemas com relação a isso para os Tenharim, pois os mesmos o consideram como pertencente ao grupo - cunhado de Almerindo. O problema maior advém de um cunhado de Sabá dos Santos, garimpeiro que também reivindica terras dentro da área indígena para explorar cassiterita. No entendimento dos Tenharim, este segundo indivíduo não tem qualquer direito de explorar suas terras, pois com ele não há qualquer relação. Revoltado com a recusa de sua permanência na TI, o cunhado de Sabá dos Santos já ameaçou matar indivíduos Tenharim e crivou de tiros a placa que delimita a área no Bodocó. Quando de nossa permanência na área para os estudos da delimitação houve uma série de ameaças

<sup>15</sup> Tapu'yña e Tapyiti (abaixo) referem-se à população regional não indígena.

para nos procurar, comunicadas a Eduardo Catuzzo, que possui um restaurante no Km 150 da Transamazônica. Entretanto não chegamos a encontrá-lo. Seu objetivo era reivindicar parte do território indígena para si próprio.

Morou também entre os Tenharim um regional chamado Adalberto. Segundo Mariz (1984:06), Adalberto, que é casado com Naíde, filha de Sabá dos Santos com Cotinha, era o principal intermediário de bens materiais manufaturados e também quem mais utilizava o território. Detinha a exploração da maior parte dos seringais, contando com a colaboração de regionais que chegou a trazer para trabalhar com ele. Adalberto era ainda o fornecedor de bebidas alcoólicas para os índios. Quando o GT esteve entre os Tenharim neste ano de 1997, Adalberto já não se encontrava mais na aldeia, tendo partido para viver em Porto Velho.

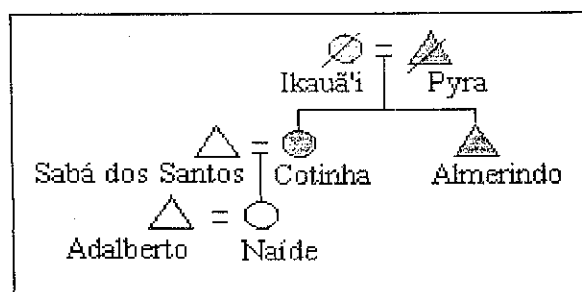


Figura 3 - relação de Sabá e Adalberto com Almerindo

Depois de Domingos, os Tenharim viveram um período sem patrão. Até que no final dos anos sessenta, a região ficou totalmente tomada por garimpeiros em busca de cassiterita. O minério havia sido descoberto por volta de 1953 em Rondônia e no sul do Amazonas. Novas jazidas e a facilidade de acesso, com a abertura da BR 364 (Cuiabá - Porto Velho) e da BR 230 (Transamazônica) no final da década de 60 e início de 70, deixaram a região completamente ocupada por garimpeiros, que realizavam a lavra de forma manual (Mariz, 1984:07). As narrativas do período são impressionantes. Segundo os Tenharim, não era mais possível caçar ou pescar. Qualquer lugar que se fosse na área, era impossível não encontrar um grupo de garimpeiros:

- *Aí garimpeiro invadiu. Muito, muito mesmo. Aí começamos a afastar um pouquinho, porque garimpeiro demais, né? [- Vocês estavam onde exatamente?]*  
 - *Aí mesmo, na sede da mineração. Aí a gente foi afastando, pouquinho, pouquinho, ficamos aqui, aí ficamos um pouquinho lá, voltamos de novo pra cá...*



*garimpeiro... encheu na mata, não tinha pra onde caçar, só garimpeiro. Mesmo que formiga [- E eles estavam morando todos aqui ?] - Tudo morador, central mesmo era aí. [- Como se fosse uma vila ?] - É, mais que vila ainda...Assim como Porto Velho.”(Manoel Canela, 1997)*

Na década de 70 surge a mineração Taboca Ltda., ligada à Paranapanema, que inicia o trabalho de lavra no local e retira todos os garimpeiros independentes. Segundo os Tenharim, o primeiro administrador da empresa que esteve por lá chamava-se Plínio e também ele foi tomado como patrão. Desde então iniciaram-se os impasses descritos em todos os relatórios dos estudos realizados pela FUNAI.

A empresa organizou o trabalho de lavra e construiu uma infra-estrutura no meio da mata. A sede contava com estrada, campo de pouso, quadra de esportes, farmácia, igreja, vilas separadas por nível profissional, refeitório, etc. (Mariz, 1984:08; ver Relatório de Soares & Ximenes em anexo). Para que ninguém, além dos moradores efetivos, consumisse os produtos manufaturados vindos das cidades, instalaram guaritas na entrada da área e ninguém entrava ou saía sem fiscalização. Tal circunstância tornou os índios prisioneiros em seu próprio território (Menéndez, 1985b:06).



Foto 7 - sede abandonada da mineração

Após o apogeu da exploração mineral na Área Indígena Igarapé Preto, a empresa chegou a um impasse. A queda no preço do estanho no mercado internacional e o empecilho colocado pelos índios à abertura de novas lavras em suas terras, deram início à interrupção dos trabalhos (Mariz, 1984; Menéndez, 1985a; 1985b; Santos, 1989). Em 1987 a empresa encerrou suas atividades, deixando na área apenas nove funcionários para realizar a manutenção do equipamento. Entre 1988 e 1989 há o encerramento oficial da exploração mineral na Área Indígena Tenharim do Igarapé Preto, através de cartas a todos os órgãos oficiais (anexo). Embora hoje não haja nenhuma atividade mineral dentro da área indígena, tramita no Departamento Nacional de Pesquisa Mineral - DNPM pedidos de autorização para exploração no local (veja em anexo o cruzamento de dados realizado pelo Instituto Sócio-Ambiental sobre pedidos de concessão de lavra).

A não concessão desses pedidos de lavra é fundamental para a recomposição social Tenharim. Hoje no Igarapé Preto ocorre a retomada das atividades produtivas tradicionais, após um longo período de trabalho em atividades extrativistas, estranhas ao grupo. Após o contato inicial com seringueiros, por volta de 1950, os Tenharim estiveram ativamente envolvidos na extração de seringa a serviço de patrões. Com a chegada da mineração, passaram a esta atividade, transferindo um modelo de relação anterior tida com os seringueiros. Basta observar que, segundo os Tenharim, havia um patrão, chamado Plínio, representante da empresa mineradora no Igarapé Preto. Este patrão veio organizar o trabalho de lavra, realizada até então pelos garimpeiros independentes. Contratou os índios como pesquisadores para andar pela mata em busca de minério e, em geral, financiava a todos para que permanecessem longe da mineração.

Houve prostituição e alcoolismo em alta incidência. A população ficou dependente da empresa, que distribuía marmiteira para todos na aldeia. A empresa acarretou também crises internas, dividindo o grupo em facções, algumas aceitando a mineração, outras recusando. Em 1984, quando o antropólogo da Funai Alceu Cotia Mariz esteve na área, percebeu a disputa entre Almerindo e Gilberto pela chefia. Percebeu também que Karitiano, líder natural acabou execrado por aceitar um emprego na mineradora e Manoel, irmão de Almerindo pensando em realizar a lavra manual do minério (Mariz, 1984). Resultado da confusão gerada pelo desconhecimento,

hoje os Tenharim parecem mais decididos com relação às suas terras. Almerindo passou a liderança para Manoel Canela, provavelmente para que este conseguisse o processo de demarcação. Gilberto, casado com uma mulher regional, viveu um período na aldeia Tenharim do Marmelos, após o assassinato de seu filho acidentalmente por uma criança na aldeia. Em julho de 1994, quando estive no rio Marmelos, encontrei Gilberto muito abalado com este fato. Tempos depois Gilberto faleceu, vítima, segundo os Tenharim, de “*uma catapora que espocou por dentro*”. Karitiano, referido hoje como Kari, é um dos conhecedores da cultura tradicional. Não é chefe, mas é respeitado e, durante os trabalhos de estudo do GT, foi muito requisitado pelos outros membros do grupo para dar informações e prestar auxílio, tanto sobre a história quanto sobre locais de uso material e simbólico do território.

Tanto Kari quanto os membros mais velhos do grupo possuem espaços de ocupação dentro da TI. São castanhais e seringais de usufruto particular, mas que passa ao domínio do grupo quando o indivíduo falece sem deixar descendentes. Assim ocorre com as zonas de ocupação de Gilberto. Como toda sua família deixou o Igarapé Preto, a utilização de seus castanhais é coletiva. Este mesmo raciocínio é usado para justificar a presença de Sabá dos Santos dentro da área: se ele é casado com uma mulher do grupo, possui o direito de explorar castanhais e seringais que estão dentro da TI.

Conforme vimos, então, após um período de convivência traumática, os Tenharim experimentam, atualmente a retomada de suas formas econômicas tradicionais, preocupando-se com a demarcação de suas terras. Obviamente não abrirão mão do conforto proporcionado pela atual aldeia, que foi construída pela mineradora, localizada em um ponto estratégico do território, uma região intermediária do Igarapé Preto e também da mata e do cerrado. Além disso, para lá conflui a estrada que dá acesso ao mundo exterior, inevitável.

## PARTE II

### habitação permanente

A atual aldeia localiza-se próxima à margem esquerda do Igarapé Preto, a 1 km da sede abandonada da mineração. É uma construção feita pela empresa Mineração Brasileira Estanho Ltda. - MIBREL, como parte das negociações pelo aproveitamento do subsolo da área indígena (Menéndez, 1985a :10). As casas são feitas de madeira e dispostas lado a lado na forma de ruas. São treze casas iguais, pintadas de marrom e branco, com dois quartos, uma sala, uma cozinha e um banheiro sem vaso sanitário. Ao redor da aldeia há pequenos banheiros, mais precisamente, dois para cada três casas, feitos de madeira e com um buraco no chão na forma de fossa. No banheiro da casa há apenas um cano para ligar o chuveiro<sup>16</sup>. A água vem da caixa localizada no centro das primeiras casas, no sentido de quem chega vindo do igarapé Preto. As casas que se encontram dispostas no mesmo sentido possuem 10 metros entre si e as que estão em frente possuem 25 metros. Cada casa mede 9 metros de comprimento por 7 de largura e nem todas estão ocupadas: existem duas abandonadas (uma delas é cozinha de Garcia, vice chefe dos Tenharim), uma é da Funai, outra é o motor que gera energia, outra a escola e outra a enfermaria. O restante (sete casas) é ocupado pelos Tenharim. Cada família reside em uma destas casas, e, aparentemente, cada novo casamento pode implicar na ocupação das casas abandonadas acima referidas.

Esta aldeia foi construída após uma primeira, com 15 casas localizadas próximas ao atual local de moradia. A primeira aldeia foi resultado da opção dos Tenharim, segundo a empresa mineradora, por residirem o mais perto possível da mineração e, desta forma, receber seus benefícios (Mariz, 1984:06). Entretanto, foi também ela que originou um dos conflitos que resultaram nas primeiras intervenções da Funai na área (1984:10).

A cerca de um quilômetro e meio da atual aldeia está a sede da mineração, que começou em uma lavra no igarapé Grota Rica. Quando esta reserva começou a se esgotar, a mineradora interessou-se pelo local da antiga aldeia, de 15 casas, propondo aos Tenharim uma transferência

---

<sup>16</sup> A única casa que possui banheiro com vaso sanitário é a casa do chefe de posto.

para um outro local. Houve então uma recusa da população e a intervenção da Funai. Neste período também ocorreu um conflito entre os índios e a mineradora, pois aqueles haviam retirado cassiterita manualmente e intentavam vendê-la. Como a empresa não permitia a exploração do local por qualquer interessado que não ela, o minério foi apreendido. Com a presença da Funai no local, houve uma negociação e a empresa acabou comprando o minério dos índios (Menéndez, 1985a).



**Foto 8 - vista parcial da atual aldeia**

No auge da exploração mineral da Terra Indígena, os Tenharim já não praticavam qualquer atividade econômica tradicional e tentavam a lavra artesanal da cassiterita. Para que se mantivessem distantes de qualquer interesse pelo minério, recebiam diariamente comida preparada no restaurante da empresa, o que acabou resultando no completo abandono de roças, da caça e da pesca. Hoje a forma tradicional de organização social, que relaciona residência e economia está retornando gradativamente e só não está em operação por não haver índices populacionais razoáveis para o funcionamento do sistema.

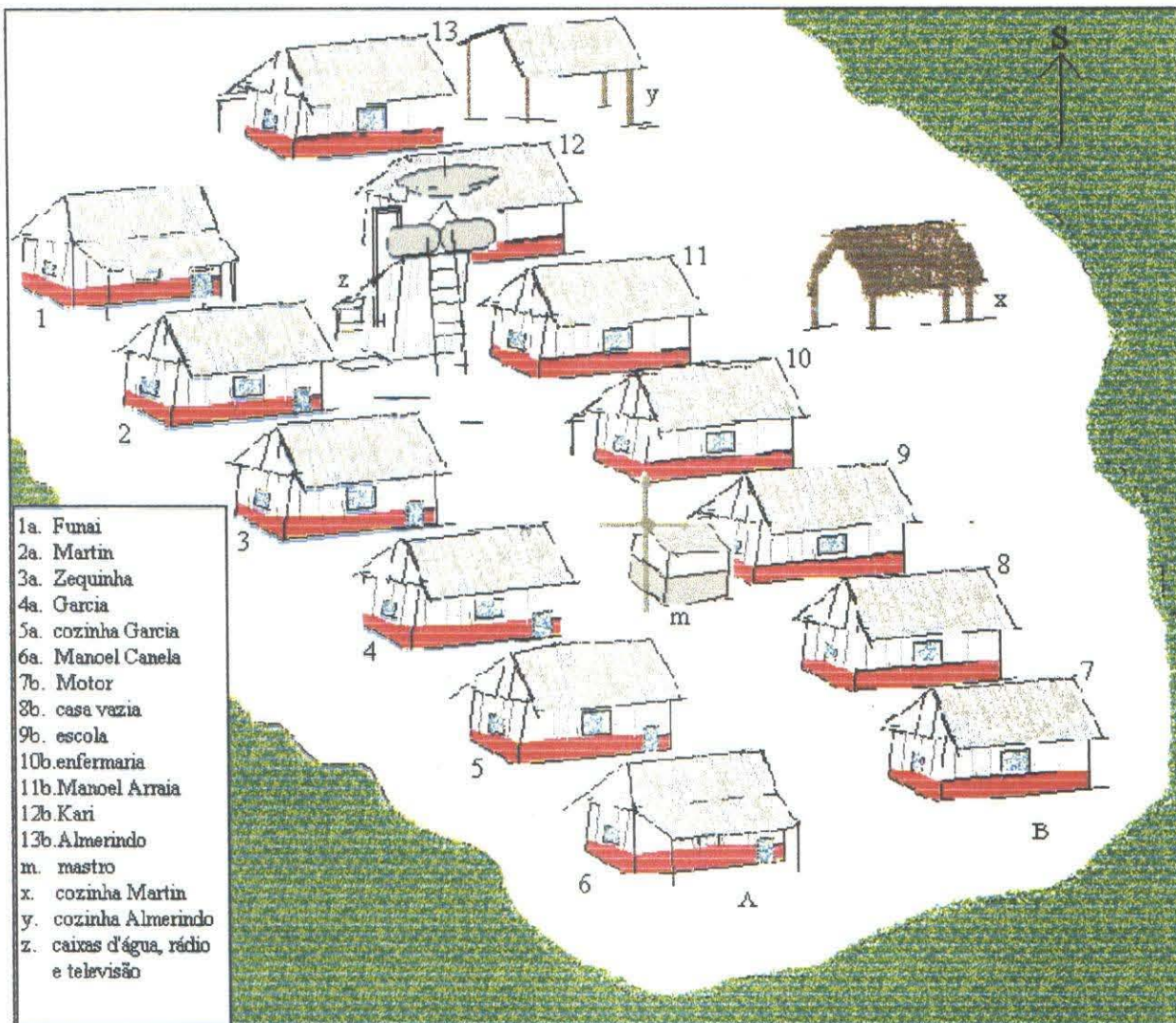


Figura 4 - croqui da aldeia Tenharim do Igarapé Preto

### PARTE III

#### atividades econômicas<sup>17</sup>

A regra de residência pós-marital entre os Tenharim é patrilocal, e verifica-se aí a existência de um período de serviço da noiva. O tempo de trabalho do genro para o sogro varia de acordo com o prestígio envolvido na relação (Menéndez, 1989; Peggion, 1996). Os sogros poderosos encabeçam grupos domésticos que trabalham em conjunto permanentemente, mas nos casos em

<sup>17</sup> As questões que envolvem a economia na sociedade Tenharim são inseparáveis de regras residenciais, matrimoniais e políticas, dentre outras. Entretanto este relatório segue roteiro apresentado pela Fundação Nacional do Índio, que separa algumas questões conjugadas. Desta maneira, o leitor encontrará tópicos comentados em alguns itens e retomados em outros.

que o poder político do sogro é inexistente, os genros voltam a viver próximos de seus próprios pais após cinco anos aproximadamente (Menéndez, 1989:110; Kracke, 1978:14). Esses grupos são constituídos de vários grupos familiares que trabalham principalmente na produção de farinha d'água para comercialização.

O grupo familiar ocupa idealmente uma casa, sendo constituído por um homem, sua mulher e suas filhas e filhos solteiros ou separados, além de pais viúvos dos cônjuges. Responsável por pequenas atividades agrícolas, de pesca, caça e coleta de castanha e de vários tipos de palmeiras, o grupo familiar é englobado pelo grupo doméstico, unidade produtiva maior, que tem no sogro a figura focal (Kracke, 1978:33; Menéndez, 1989:125; Peggion, 1996:32).



Foto 9 - vista parcial de um roça

O grupo doméstico é constituído, geralmente, por um sênior e sua esposa, suas filhas, seus genros, filhos que já cumpriram o serviço da noiva e respectivas noras. Esta é uma situação ideal, encontrada, por exemplo, no rio Marmelos.

No caso do Igarapé Preto os índices populacionais chegaram a níveis dramáticos e esta situação não se configura. Existem apenas grupos familiares sob a liderança dos homens. Cada grupo familiar possui sua própria roça, seus castanhais, seringais e realizam suas atividades independentemente dos outros. As roças medem entre 0,3 e 0,6 ha e são utilizadas aproximadamente por 3 anos, descansando por cerca de 3 a 5 anos (Costa Jr., 1997:47). Cada chefe de grupo familiar possui de uma a três dessas roças, que cultiva com o auxílio de sua família. Quando um de seus filhos casa, há a permissão para que o sogro do mesmo se utilize dos produtos das roças do genro. Após este período inicial, o filho deste chefe deve abrir uma roça exclusiva para seu sogro. De qualquer maneira, o rodízio de roças permite uma regeneração natural das áreas cultivadas, tornando este tipo de agricultura auto sustentável (Costa Jr., 1997: 47).

Durante o trabalho de campo do GT ocorreu um casamento, que demonstrou o rigor a que se submete o noivo em troca de receber uma mulher como esposa<sup>18</sup>. No caso em questão, Nelson, filho de Almerindo casou-se com Zefinha Parintintin, garota de 11 anos recém chegada na área com seu pai (separado) e seus quatro irmãos. O noivo comprometeu-se com Zequinha, pai da noiva, a fazer roça para ele, permitir e ajudar na exploração dos castanhais de Almerindo, além de criar os quatro filhos do sogro. Durante a cerimônia, ouviu um intenso discurso do chefe, do pai e do sogro.

---

<sup>18</sup> Os Tenharim, como todos os Kagwahiva são uma sociedade do serviço da noiva. Neste tipo de sociedade, o noivo deve trabalhar para o sogro durante um determinado período de sua vida, sendo incorporado no grupo doméstico do mesmo. Desta maneira, residência e atividades econômicas caminham juntas. A estratégia para a constituição destes grupos domésticos envolve a retenção de filhos e a cooptação de genros.

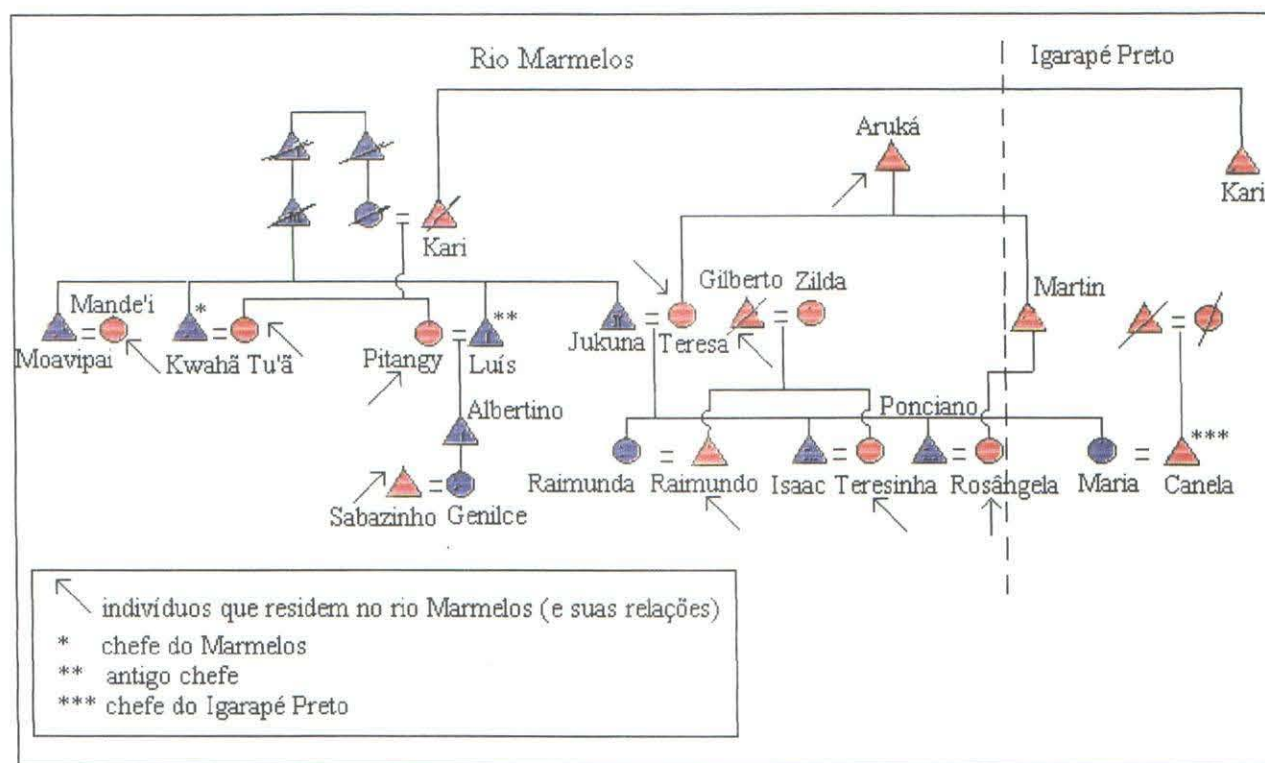




**Foto 10 - casamento de Nelson com Zefinha Parintintin**

Esse compromisso de trabalho também está presente nos intercassamentos com o grupo do rio Marmelos. O chefe, Manoel Canela trabalha um determinado período por ano para seu sogro e acaba sendo, como veremos, a esfera de influência de um grupo sobre o outro.

Assim, de uma maneira geral, os Tenharim do Igarapé Preto encontram-se atualmente numa situação em que não existem grupos domésticos constituídos. A aldeia, construída pela mineração, estimula o isolamento familiar, que só é quebrado diante da televisão ao entardecer e no início da noite. Um outro entrave para o grupo diz respeito à questão do casamento que se verifica atualmente na área. Não há, praticamente, possibilidades matrimoniais para os jovens dentro das regras Tenharim, o que os obriga a buscarem noivas fora do grupo. Ocorre que o espaço matrimonial é o local da política por excelência. Os Tenharim do Marmelos possuem muito prestígio entre os Kagwahiva e acabam não permitindo que suas mulheres passem a residir no Igarapé Preto depois de casadas. Já o contrário acontece e, homens e mulheres do Igarapé Preto que se casam no rio Marmelos, passam a residir lá, pelo menos por um período de suas vidas.



**Figura 5 - indivíduos do Igarapé Preto que residem entre os Tenharim do rio Marmelos**

Os Tenharim do Igarapé Preto vivenciam atualmente uma situação que impressiona os visitantes. Um grupo que passou pelo seringal, pelo garimpo intensivo e uma série de situações dramáticas, vive hoje o que poderíamos chamar de uma retomada social. As formas tradicionais vêm à tona, através das atividades produtivas, da língua, e do conhecimento e reconhecimento simbólico do território.

Há uma preocupação efetiva do grupo com relação à demarcação, e esta envolve uma área de ocupação efetiva e tradicional ainda presente na memória dos Tenharim. Esta preocupação pode estar associada à mudança recente da chefia, que pertencia a Almerindo e agora está nas mãos de Manoel Canela. Enquanto Almerindo era um chefe voltado para o interior da sociedade (haja visto que foi o único indivíduo que se recusou a trabalhar para a mineração), Manoel Canela é quase exclusivamente um diplomata, que intermedia as relações do grupo com o exterior.

Nesta mudança percebe-se a refinada noção política que emana dos Tenharim do rio Marmelos. De lá este grupo estabelece suas estratégias em toda a região do rio Madeira. Realizou-

se recentemente uma Assembléia da Associação do Povo Indígena Tenharim Morogêta -APITEN no rio Marmelos. Nela, estiveram presentes representantes de uma boa parte dos povos indígenas da região sul do Amazonas e norte de Rondônia, inclusive dos Mura-Pirahã, inimigos tradicionais dos Tenharim. A APITEN pretende ser a entidade que representa todos os povos desta região. Atualmente os Tenharim do Marmelos apoiam a demarcação de uma área para os Jahoi e também a atual delimitação do Igarapé Preto. Não ficou absolutamente claro, mas há um movimento desta associação, no sentido de controlar toda a atividade econômica desenvolvida por estes povos com a população regional. Desta maneira, a produção de castanha, farinha entre outros seria colocada no mercado pela Associação Tenharim, que receberia um percentual pelo trabalho.

Desta maneira, a situação do Igarapé Preto é ideal, pois Manoel Canela é casado com Maria, filha de Pedro Jukuna, do rio Marmelos. O projeto político de Canela parte da perspectiva de que os Tenharim são um único povo, o que esbarra logo na vice-chefia de Garcia, que é absolutamente contra o trabalho conjunto com o outro grupo.

Canela, aparentemente, foi indicado para ser chefe exatamente para estabelecer a negociação no que tange à demarcação. Não possui prestígio com relação ao conhecimento tradicional, fundamental para um líder, e é veladamente criticado. As críticas dizem respeito à falta de conhecimento e à influência consentida por ele do rio Marmelos sobre o Igarapé Preto.

## **PARTE IV**

### **meio ambiente**

Os Tenharim do Igarapé Preto vivem na macroregião da bacia do Madeirinha. Nesse ambiente produzem e reproduzem dinamicamente sua organização sócio-cultural. Através da caça, da pesca, da agricultura e da coleta, esse povo desenvolveu sua estratégia de ocupação do território, reconhecendo unidades de paisagem e identificando unidades de recurso associadas aos ciclos ecológicos da região. Os Tenharim conhecem a disponibilidade sazonal destes recursos,

utilizando determinadas práticas de caça, pesca e coleta, de acordo com o ambiente e a espécie que se busca.

Este povo reconhece as seguintes categorias de paisagem (com suas respectivas subdivisões):

- Campo (correspondendo à savana amazônica), subdividido em:

campina alta

campina baixa

mata de beira de rio (mata de galeria)

- Mata (correspondendo à floresta sub montana), subdividida em:

mata de terra firme

mata de galeria

A essa unidade de paisagem são associados os recursos barreiros, as fruteiras, os castanhais e as estradas de seringa. Em interface a ela está a floresta ombrófila densa montana, que corresponde à serra ou à mata de serra.

Além destas categorizações, os Tenharim reconhecem também os recursos aquáticos, através das matas de igapós, matas de galeria e matas ciliares, tendo suas próprias paisagens como igarapés, rios e lagos, e suas respectivas unidades de recursos como poços, praias, fruteiras e árvores submersas.

Dentro desse ambiente diverso, operam todas as possibilidades de acordo com as variações propiciadas pelos ciclos resultantes das estações do ano. Desta forma, as atividades dentro do território pautam-se em um contexto de determinadas opções culturais e da disponibilidade sazonal de recursos.

Entretanto, além da situação posta da sazonalidade na obtenção de recursos dentro do território, a população indígena vive hoje as conseqüências da exploração indiscriminada do território pela empresa mineradora que esteve no local. Conforme Santos (1989:19):

*A depredação ambiental foi enorme, na área de exploração não há regeneração natural. Quanto às espécies que se regeneram nota-se a deficiência de sobrevivência em*

*virtude da retirada de seus nutrientes. A depredação foi tanta que não se contentaram somente com o solo revirado e desmatado mas também desvios de cursos de vários igarapés utilizados pelos índios.*

Conforme vimos anteriormente, primeiro chegaram os garimpeiros sem vínculos com grandes empresas e posteriormente chegou a mineração Taboca que iniciou um grande empreendimento dentro da área dos Tenharim. Alegava-se então que não havia nada regularizado com relação à questão territorial (Mariz, 1984), fato posteriormente resolvido com a intervenção do órgão tutor e com a proposta que considerou a presença da mineradora como fato consumado dentro da área indígena (Menéndez, 1985a e 1985b).

Os resultados da não consideração dos impactos para a população e o meio ambiente da área Tenharim foram dramáticos. A exploração de cassiterita como se sabe, apesar de não utilizar produtos químicos, destrói cerca de cem metros de cada margem dos rios, pode provocar assoreamento e desviar seus cursos. Estas conseqüências foram anotadas por todos os observadores enviados ao local desde 1984. Além disso, a presença da mineradora sem qualquer fiscalização gerou graves problemas de ordem social. A população no período sofreu forte desestruturação, com altos índices de alcoolismo e prostituição. Houve aliciamento através de medidas paternalistas como distribuição de comida pronta e incentivo a conflitos internos (Mariz, 1984). Os Tenharim, muito embora tenham sofrido graves conseqüências resultantes da exploração indiscriminada de seu território buscam hoje alternativas para se reorganizarem. Entretanto os danos causados ao ambiente foram irreversíveis e só serão recuperáveis através de intervenção planejada (Santos, 1989: 21). Conforme Costa Jr. (1997:48-49):

*Os impactos ambientais produzidos pela mineração Taboca [e Mibrel] são evidentes e gritantes. Isto se evidencia pela imagem de satélite, onde através do instrumental fornecido pelo SIG - Sistema de Informações Geográficas elaborado pelo INPE, constatou-se que a mineração Taboca [e Mibrel] modificou drasticamente uma área de 1.228,34 ha, no território tradicionalmente ocupado pelos Tenharim. Essa região correspondia sobretudo a regiões das matas de galeria do igarapé Preto, que, com a destruição de suas matas ciliares, intenso processo de assoreamento e modificação do seu leito, bem como modificações drásticas de regiões de interface entre ecossistemas terrestres e aquáticos como as matas de igapó, ocasionaram impactos ambientais, que sem a intervenção humana são de ordem irreversível.*

Apesar da tragédia provocada pela ação indiscriminada da mineradora, os Tenharim voltaram às suas formas tradicionais de ocupação do território e têm se utilizado de uma parcela considerável de sua biodiversidade (Costa Jr., 1997).

Tomando a atual aldeia como polo irradiador, os Tenharim têm selecionado regiões específicas dentro do território como espaços de caça, coleta, pesca e agricultura. Desta maneira há uma ocupação gradual das mais diferentes regiões dentro do território atualmente proposto como Terra Indígena. Uma prática como essa, associada à sazonalidade dos recursos naturais, permitem a este povo pensar em reservas alimentares e simbólicas, demonstrando uma expectativa com relação ao futuro da população<sup>19</sup>.

## **PARTE V**

### **reprodução física e cultural**

Os primeiros dados demográficos com relação aos Kagwahiva datam da década de vinte do presente século, e vieram a público através da publicação do artigo de José Garcia de Freitas (1926), auxiliar do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que fez uma breve incursão sobre o assunto. O autor refere-se aos “Odyahuibé” e “Apairandê”, além dos Parintintin. Provavelmente, os primeiros são os atuais Jahoi e os segundos, de acordo com Menéndez (1989: 83-84) são os Tenharim. Freitas (1926:72) calculava em aproximadamente 100 indivíduos a população “Apairandê” e, em cerca de 500 indivíduos o total populacional daqueles três povos. Quando se considerava apenas os Parintintin, a população Kagwahiva era estimada em 250 indivíduos (Nimunedajú 1924:204). Freitas (1926:72) sublinha ainda que já havia morrido, desde a chegada dos funcionários do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), quase 50% da população parintintin.

Os sub-grupos Kagwahiva da região do rio Madeira - Parintintin, Jahoi e Tenharim, dentre outros - mantinham relações de hostilidade e aliança entre si (Freitas, 1930:7-8). Chegaram a ser

---

<sup>19</sup> Maiores detalhes sobre a questão do meio ambiente Tenharim podem ser obtidas no relatório de Costa Jr. (1997) em anexo.

registrados oito povos, com uma população entre 100 e 250 indivíduos (Freitas 1926:72). Após este período nada mais se anotou acerca do índice populacional Kagwahiva.

Hoje a população Tenharim do Igarapé Preto encontra-se estagnada. Entretanto, esta situação configura-se mais precisamente nos últimos anos. Pelo dados apresentados e pela leitura dos gráficos, pode-se perceber o grande número de crianças (39,53%) na faixa etária de 05 a 14 anos. Um situação desta nos leva a considerar que a saída da mineração do local foi o momento exato em que recomeçaram os nascimentos. Isto demonstra o quão prejudicial estava sendo a empresa dentro da área indígena. É possível perceber que no período em que a população vivenciou o auge da exploração mineral, no início da década de setenta, não ocorreram, praticamente, nascimentos (veja a faixa etária entre 25 e 29 anos).

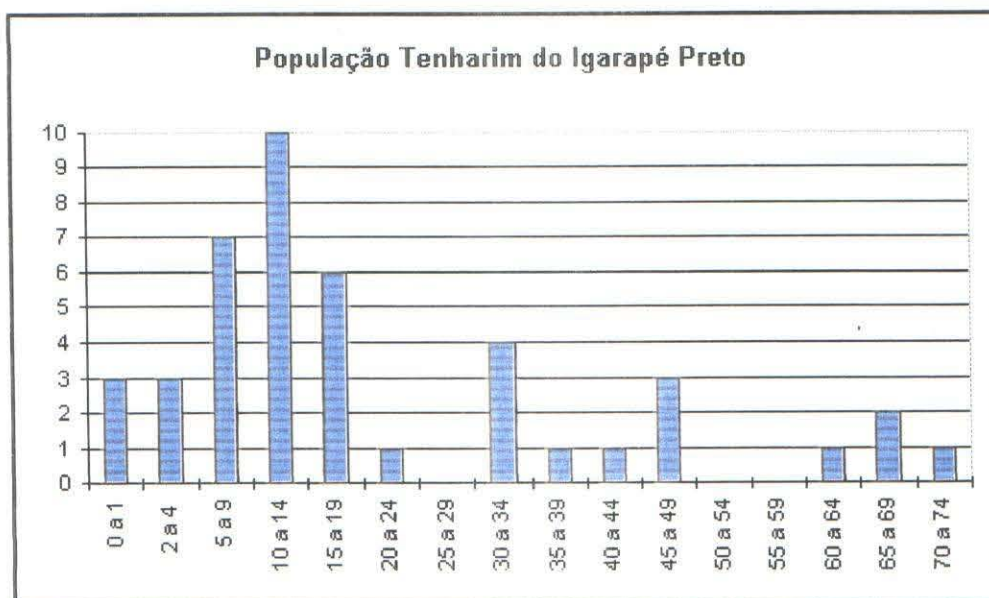


Figura 6 - pirâmide etária da população do Igarapé Preto

Uma população na faixa etária de 15 anos, necessita de quem produza alimentos. No caso Tenharim do Igarapé Preto, os homens em idade produtiva não são muitos. Hoje, com uma população de 43 pessoas, há no Igarapé Preto 4 indivíduos que efetivamente caçam, pescam e plantam. Outro fator agravante é que a população considera de fundamental importância o estudo para seus jovens. Com esse intuito têm enviado, com o auxílio do chefe de posto, jovens para

estudarem, em regime de internato, no colégio agrícola de Humaitá. Estes jovens, em idade matrimonial e preparados para o início da vida economicamente ativa, deixam a comunidade, com risco de sair definitivamente. O exemplo de um caso parecido com este é o de Plínio, filho do falecido Geraldo e de Maria Emilia. Este indivíduo, que inclusive aceitava de bom grado a mineração e chegou a estudar na escola da empresa (Mariz, 1984: 12), pertence hoje aos quadros do exército, sendo soldado no 54º Batalhão de Infantaria da Selva. Plínio, casado e pai de duas filhas abandonou sua família e casou-se novamente em Humaitá com uma regional.

Em nossa estada no Igarapé Preto, durante a realização do estudos, três garotos preparavam-se para partir para a escola agrícola de Humaitá e outros tantos esperavam ansiosamente poder fazer o mesmo. Estas questões nos fazem considerar a necessidade de projetos educacionais específicos para os povos da região do rio Madeira. Se há uma demanda por aprendizagem, seria interessante se pensar em projetos voltados para estas populações ou pelo menos, em realizar uma preparação com os professores que irão trabalhar com estes alunos.

A população na faixa etária de quinze anos, não está imune aos fatos ocorridos no passado e vivenciado mais intensamente por seus pais. É perceptível, em determinados momentos, a recusa explícita de valores tradicionais. Estes jovens, autodefinidos como “os Tatuagens” possuem uma expectativa de parecerem-se com gangs urbanas, fenômeno difundido na periferia de Porto Velho e no qual as populações indígenas da região tomam contato através de suas estadas na Casa do Índio. Com o corpo todo tatuado, estes jovens unem-se no final da tarde na casa de um deles e, às vezes, embriagam-se. Durante a realização do casamento de Nelson, os jovens agiam de maneira a chamar a atenção dos participantes: enquanto Kari cantava músicas tradicionais Kagwahiva, o som dos rádios gravadores era colocado no volume máximo.





Foto 11 - casamento de Nelson: ao fundo os jovens da aldeia

Entretanto, esta postura parece ser reversível na medida em que os casamentos realizam-se. Há na sociedade, regras de conduta intimamente associadas às atividades econômicas, conforme vimos acima. A partir do momento em que um jovem assume um compromisso matrimonial, sua vida passa por uma transformação radical, que implicará em uma série de atividades produtivas e um novo círculo de relações - ele passa a ser um casado. Com certeza, salvo alguns mínimos casos, e mesmo considerando as possibilidades matrimoniais restritas, a maioria dos jovens irá se casar, ainda que isso implique nas obrigações vistas acima, tais como ter que morar no rio Marmelos e trabalhar para o sogro.

Esse fator é determinante para se entender a situação do Igarapé Preto. Sua população é instável, na medida que os jovens, por não possuírem esposas potenciais em seu local de residência, terão que buscá-las em outras áreas Kagwahiva, tais como o rio Marmelos. Buscá-las em outras áreas significa ter que residir temporariamente próximo ao pai de sua esposa. Desta maneira, o que pode parecer uma redução da população passa a ser apenas uma situação

temporária, pois depois do período do serviço da noiva, o marido pode voltar a residir próximo de seu grupo, trazendo esposa e filhos.

A relação mais estreita do grupo do Igarapé Preto, conforme vimos no desenvolvimento deste relatório é com os Tenharim do rio Marmelos. Vimos também que há uma série de conflitos implicados nesta relação. Assim, parece que uma parte da população do Igarapé Preto aceita uma interação com o grupo do rio Marmelos e outra a recusa. De parte a parte existem argumentos para justificar as posturas. Alguns dizem que os Tenharim do rio Marmelos não deixam suas mulheres viverem no Igarapé Preto, o que representa a situação já posta das estratégias políticas ligadas ao matrimônio. Entretanto, quando se fala em um convite para que pessoas do rio Marmelos venham viver no Igarapé Preto, alguns indivíduos entram em pânico, pois consideram o risco da confusão e das “fofocas” que podem advir de uma convivência entre os dois grupos em uma mesma aldeia.

Tanto um grupo quanto o outro jamais aceitará imposições sobre si. As considerações estatísticas deverão levar em conta indivíduos temporariamente fora, em trabalho para seus sogros, pois isso é parte da organização social Kagwahiva. Assim, mesmo que não haja esposas ou maridos potenciais no Igarapé Preto, haverá o matrimônio com os grupos vizinhos. Alguns poderão não voltar, mas a maioria, a médio prazo estará de volta ao Igarapé Preto, incrementando os índices populacionais.

Esse aumento populacional pede a garantia territorial como fonte de subsistência para as gerações futuras. Além disso, o grupo necessita garantir também sua reprodução cultural, que possui uma estreita relação com o território ora proposto. Há, por parte dos Tenharim do Igarapé Preto um conhecimento muito profundo da região, como pode ser visto nos mapas em anexo, onde foram grafados os nomes nativos de todos os rios e igarapés da região. Além dos locais de reservas extrativas, regiões de caça e pesca, há também locais onde se buscam taquaras para flechas, tabocas para flautas, pequiá para confecção de chocalhos e toda uma produção de instrumentos que participam diretamente do universo simbólico.

A utilização deste instrumentos está intimamente associada a uma festa anual, organizada por volta de julho, quando ocorre a derrubada da mata para o plantio. Esta festa, denominada Mboatava (traduzida pelos Tenharim como castanha) é sempre organizada pelo chefe, que determina as atividades. Caçadores partem em várias direções e combinam um local de encontro próximo da aldeia; a caçada pode demorar vários dias. Outros grupos iniciam a produção da farinha kagwahiva, chamada *mandio'y*, a pesca e a coleta de castanha para temperar o prato principal do ritual, que é a carne de um animal de grande porte cozida no leite da castanha.

Quando os caçadores estão para chegar, o organizador da festa começa a tocar uma pequena flauta de bambu e a cantar músicas que referem-se ao passado do grupo. A chegada dos caçadores na aldeia marca o início da festa, quando os homens começam a tocar uma longa flauta feita de bambu chamada *yrreru* e a dançar em círculos. Toda a produção é distribuída entre os grupos familiares, que consomem a carne e o peixe com um pirão de *mandio'y*.

Esta festa, embora não venha ocorrendo no Igarapé Preto, é freqüentada por todos no rio Marmelos. É de fundamental importância para a sociedade, que prevê, segundo os informantes, que aconteça também no Igarapé Preto em um futuro próximo. É uma festa de abundância, que utiliza o território para produção tanto alimentar quanto simbólica.

A utilização simbólica do território também está presente no histórico do grupo com relação a antigas aldeias e cemitérios (ver mapa em anexo). Em alguns momentos ambos são coincidentes, pois no passado os Kagwahiva, segundo os Tenharim, viviam em grandes casas comunais ocupadas por um ou mais grupos domésticos e onde os mortos eram enterrados. Quando o chefe falecia, a casa era queimada e o grupo construía uma nova moradia. Em tempos recentes, os mortos passaram a ser enterrados em locais próximos das aldeias ou nos utilizados na coleta e na agricultura, mas nunca no interior das casas.

As serras são os locais de moradia de Mbahira, herói mítico Kagwahiva que mora dentro das pedras. Este herói é responsável pelos itens culturais da sociedade e também pela aquisição do fogo antes desconhecido pelo grupo. Dentro da pedra, Mbahira possui tudo o que os Kagwahiva possuem, só que feito de pedra. Estes objetos, vez por outra são encontrados pelo território e

imediatamente atribuídos a Mbahira. É o caso dos sítios arqueológicos, presentes inclusive na região onde a mineração revolveu a terra. Os machados de pedra, por exemplo, não eram produção dos antigos Kagwahiva. Estes só faziam encabá-los, pois os mesmos, pertencentes a Mbahira, eram encontrados em abundância por toda a área.

## PARTE VI

### levantamento fundiário

Com relação à questão fundiária, não há qualquer problema envolvendo a TI Tenharim do Igarapé Preto. Com o encerramento das atividades da mineração, a empresa, que então se chamava MIBREL abandonou todas as benfeitorias que se encontravam dentro das terras indígenas. Com o tempo estas benfeitorias deterioraram-se, pois os índios fizeram um aproveitamento mínimo dos recursos disponíveis, utilizando basicamente as madeiras das casas para a restauração da aldeia. Hoje há um completo abandono atestado pelo GT. Um levantamento foi feito pelos técnicos da equipe e consta em anexo. Segundo Soares & Ximenes (1997:05):

*“O grupo encontrou partes das benfeitorias em péssimo estado de conservação e outras totalmente danificadas, não sendo possível caracterizá-las para indenização.”*



Foto 12 - construções abandonadas pela mineração

Como não havia qualquer registro no INCRA de títulos expedidos nos limites do acréscimo estudado, não foi necessário realizar levantamento no Cartório de Registros de Imóveis (Soares & Ximenes, 1997:05). O importante é salvaguardar o espaço delimitado e demarcar a TI Tenharim do Igarapé Preto o mais breve possível, pois só assim será possível evitar a invasão de terras que já ocorre em toda a extensão ao redor da área. O fator determinante desta situação é o incentivo ocasionado pela hidrovía Paraná-Paraguai que passa pelo Mato Grosso e agora segue através do rio Madeira até o Porto de Itacoatiara no estado do Amazonas (veja em anexo notícia de jornal publicada em Cuiabá-MT. Além destas matérias, muitos órgãos veicularam o assunto a nível nacional). Em toda esta extensão grandes grupos empresariais estão estimulando o plantio de arroz por três anos e depois o plantio da soja. Toda a região intermediária entre as áreas Tenharim do rio Marmelos e Tenharim do Igarapé Preto está completamente invadida por proprietários que não possuem título da terra. Em nossa primeira viagem a campo, ocorria uma reunião de produtores rurais com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e o grupo MAGGI, que tinha como tema a hidrovía e o incentivo no plantio da soja.



Foto 13 - plantio de arroz na divisa da TI Tenharim do Igarapé Preto

Na divisa da TI Tenharim do Igarapé Preto, no local denominado Bodocó, há uma grande plantação de arroz em terras que, segundo o técnico e o executor do INCRA de Humaitá, foram invadidas, uma vez que não existem títulos de propriedade. Esta plantação acompanha boa parte dos limites da área. O problema maior é que exatamente neste local encontram-se as cabeceiras do Igarapé Preto. Como já é de conhecimento, a soja exige uma carga considerável de agrotóxicos, que acabam contaminado todo o ecossistema ao seu redor<sup>20</sup>. As águas da chuva levarão estes produtos às cabeceiras do Igarapé Preto, contaminado também o meio ambiente do território indígena.

Fundamental também a se considerar são os pedidos de lavra de cassiterita em tramitação no Departamento Nacional de Pesquisa Mineral - DNPM - 52,15% do subsolo da TI ! (em anexo dados fornecidos pelo Instituto Sócio-Ambiental). Não é aconselhável que haja qualquer autorização de garimpo no território Tenharim, ou de seu entorno, sob pena de uma perda cultural e ambiental irreversível. É preciso reconstituir a área e não destruí-la por completo.

## **PARTE VII**

### **conclusão**

Pelo exposto neste relatório, sugerimos que haja a imediata demarcação da TI Tenharim do Igarapé Preto com a incorporação das terras reivindicadas. Os Tenharim, sobreviventes de uma situação de completo abandono, necessitam agora do apoio necessário do órgão responsável pela demarcação de suas terras.

A demarcação deve, na parte norte da área, acompanhar a delimitação realizada pelo Grupo de Trabalho anterior. Na parte sul, deve haver uma reconsideração dos limites propostos pelo referido GT. A reivindicação Tenharim é de que haja a incorporação da área anteriormente utilizada pela mineradora. Desta maneira, toda a extensão explorada pela empresa, incluindo sua sede e a pista de pouso deve ser considerada Terra Indígena.

<sup>20</sup> Informações sobre o impacto da monocultura da soja ver Costa Jr. (1997) em anexo.

A delimitação ora proposta possui uma superfície de 88.140 (oitenta e oito mil, cento e quarenta hectares) aproximadamente, com um perímetro aproximado de 146.777 (cento e quarenta e seis mil, setecentos e setenta e sete metros). As coordenadas dos extremos são:

ao norte  $08^{\circ} 17'53''$  S de latitude e  $61^{\circ} 11'40''$  Wgr

a leste  $08^{\circ} 29'53''$  S de latitude e  $61^{\circ} 01'57''$  Wgr

ao sul  $08^{\circ} 38'03''$  S de latitude e  $61^{\circ} 07'05''$  Wgr

a oeste  $08^{\circ} 34'35''$  S de latitude e  $61^{\circ} 24'10''$  Wgr

Com estes limites fica definida uma área para a população indígena do Igarapé Preto que responde às expectativas postas durante os estudos do Grupo de Trabalho. Esta proposta leva em consideração áreas de reprodução de caça e locais de futuras aldeias. Com base na organização social Tenharim, sabe-se que há possibilidade de um trânsito entre as áreas do rio Marmelos e do Igarapé Preto. Além disso, com os futuros casamentos advindos destes laços e com a característica de funcionamento da organização social deste povo, o aumento populacional e a constituição de várias aldeias são dados importantes a serem levados em conta na presente proposta de delimitação.

Conforme vimos neste relatório e no de Costa Jr. (1997), embora o território seja visto como de posse coletiva, os Tenharim concebem espaços de ocupação particular que agregam grupos familiares que se ampliam na medida em que tais grupos vão se constituindo como grupos domésticos. A médio prazo novos grupos vão surgir nesta área com a vinda de novos indivíduos, como foi o caso de Zequinha Parintintin e seus filhos e de membros do Igarapé Preto casados no rio Marmelos. Estes novos arranjos serão resultados das já referidas estratégias políticas ligadas ao matrimônio. Uma nova conjuntura política está prestes a vicejar na área Tenharim do Igarapé Preto, mas só poderá ser abarcada plenamente num futuro próximo, quando muitos dos jovens estarão efetivando seus casamentos.

Mas, tão importante quanto a demarcação, é a reconstituição da área destruída pelas empresas mineradoras que estiveram atuando no local. Há a possibilidade, conforme já foi proposto em relatórios anteriores, de um pedido de indenização à empresa de minérios que poderá

se basear na recuperação da mata ciliar, de seringais, castanhais, etc. As hipóteses de plantio de arroz ou da criação de gado, como formas de indenização proposta pela empresa não devem ser levadas em consideração, pois podem resultar na desagregação por completo do grupo.

É preciso também que não se aprove qualquer alvará de lavra mineral na TI Tenharim do Igarapé Preto. A permissão de uma lavra de cassiterita nesta TI ou em seu entorno pode significar uma tragédia para a população Tenharim. Existe a possibilidade da própria população indígena reivindicar o direito de extrair o minério de suas terras. Seria interessante propor projetos alternativos para a sobrevivência da população que preservasse seu ecossistema. Caso a população persista na idéia da extração mineral, será necessário um projeto de lavra de cassiterita, que não destrua o meio ambiente e que permita aos Tenharim a exploração artesanal de suas terras. Tal projeto deverá ter o acompanhamento do órgão responsável, no caso a Funai, a fim de impedir propostas de trabalhos conjugados entre a população indígena e garimpeiros independentes ou empresas mineradoras. Propostas de parceria na produção da soja também devem ser vistas com o máximo de cuidado, pois a fragilidade em que se encontra atualmente a população do Igarapé Preto pode levá-la, no anseio de autonomia econômica, à sua completa destruição enquanto sociedade.

## BIBLIOGRAFIA

- BETTS, LaVera 1981. *Dicionário Parintintin-Português Português-Parintintin*. Brasília: Summer Institute of Linguistics.
- COSTA JR., Plácido 1997. Manejo de recursos naturais e territorialidade no grupo Tenharim do Igarapé Preto. Projeto BRA/96/018, PPTAL. Cuiabá: Mimeo.
- FERREYRA, Manoel. 1742. Breve notícia do rio Tapajós cujas cabeceyras últimas se descobrião no anno de 1742...Biblioteca Pública de Évora, manuscrito não publicado, 1752.
- FREITAS, José Garcia de 1926. Os Índios Parintintin. *Journal de la Société des Américanistes de Paris*, n.s. Paris, 18: 67-73.
- FREITAS, José Garcia de 1930. Relatório encaminhado ao Diretor do SPI Sr. Dr. José Bezerra Cavalcanti, pelo inspetor Bento Pereira de Lemos referente às atividades da IR 1 no exercício de 1930 (filme 33, planilha 396, pp: 02-12), Rio de Janeiro, Museu do Índio.



- HUGO, Vitor 1959. *Desbravadores*. Humaitá: Edição da Missão Salesiana de Humaitá (2 volumes).
- KRACKE, Waud 1978. *Force and Persuasion. Leadership in an Amazonian Society*. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- MACIEL, Nivieni 1987. Dossiê Tenharim - Igarapé Preto. Brasília: Mimeo.
- MARIZ, Alceu Cotia 1984. Relatório de viagem às aldeias dos índios Tenharim do Igarapé Preto e do rio Marmelos. Brasília: Mimeo.
- MENÉNDEZ, Miguel A 1981/82. Uma contribuição para a etno-história da área Tapajós-Madeira. *Revista do Museu Paulista*. São Paulo: Universidade de São Paulo, vol. 28: 289-388.
- \_\_\_\_\_ 1984/1985. "Contribuição ao estudo das relações tribais na Área Tapajós-Madeira". In: *Revista de Antropologia*. (XXVII-XXVIII):271-286, São Paulo: Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_ 1985a. Relatório de atividades desenvolvidas na área indígena Tenharim da 8ª DR. Araraquara : Mimeo.
- \_\_\_\_\_ 1985b. Relatório de viagem aos índios Tenharim. Araraquara: Mimeo.
- \_\_\_\_\_ 1987. "A presença do branco na mitologia Kawahiwa: História e Indentidade de um povo Tupi". In: *Studi e Materiali di Storia delle Religioni*. Publicati dalla Scuola Storico-Religiosi dell'Università di Roma, (53)n.s. XI, 1:75-97, Roma: Japadre Editore.
- \_\_\_\_\_ 1989. Os Tenharim. Uma contribuição ao estudo dos Tupi Centrais. Tese de doutorado apresentada à FFLCH da USP.
- MOREIRA NETO, Carlos Araújo 1988. *Índios da Amazônia. De maioria a minoria (1750-1850)*. Petrópolis : Vozes.
- NIMUENDAJÚ, Curt 1924. "Os índios Parintintin do rio Madeira". *Journal de la Société des Américanistes de Paris*, n.s., XVI:201-278, Paris.
- NIMUENDAJÚ, Curt [1948]1963. "The Cawahib, Parintintin and their neighbors". In: J. Steward (org.). *Handbook of South American Indians*. III:283-297, New York: Cooper Square Publishers Inc.
- \_\_\_\_\_ [1925] 1982. As tribos do Alto Madeira. In: C. Nimuendajú. *Textos Indigenistas*. São Paulo: Edições Loyola.
- PEGGION, Edmundo A. 1996. Forma e Função. Uma etnografia do sistema de parentesco Tenharim (Kagwahív-AM). Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Unicamp.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna 1986. *Línguas Brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola.
- SANTOS, Vera Lopes 1989. Relatório de viagem à Área Indígena Tenharim do Igarapé Preto-AM. Cuiabá : Mimeo.

- SOARES, Ozires Ribeiro & XIMENES, João Castro 1997. Relatório sobre a questão fundiária na TI Tenharim do Igarapé Preto. Projeto BRA/96/018, PPTAL. Brasília: Mimeo.
- TOCANTINS, Antonio M.G 1877. Estudos sobre a tribu Mundurucu. *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Ethnográfico do Brasil*.pp: 73-161. RJ. BL: Garnier Livreiro e Editor.
- VALADÃO, Virginia 1987. *Área Indígena Tenharim*. 2º Relatório de Avaliação. São Paulo : Fipe/Polonoroeste.

## **Anexos**

## **Censo da população Tenharim do Igarapé Preto**

**Censo da população Tenharim do Igarapé Preto<sup>21</sup>**
**02.A.01. Martins**

**Idade:** 45                      **Sexo:** M  
**Metade:** Taravé  
**Pai:** Aruká                      **Mãe:** Juaré  
**Cônjuge:** Rita  
**Filhos:**  
 Cássia                              F              9  
 Elisângela                          F              11  
 Greciomar                          M              12  
 Grécio                                M              14  
 Lucinéia                              F              17

**02.A.02. Rita**

**Idade:** 40                      **Sexo:** F  
**Metade:** Mutum  
**Pai:** Manoel Arraia              **Mãe:** Doralina  
**Cônjuge:** Martins  
**Filhos:**  
 Cássia                              F              9  
 Elisângela                          F              11  
 Greciomar                          M              12  
 Grécio                                M              14  
 Lucinéia                              F              17

**02.A.03. Lucinéia**

**Idade:** 17                      **Sexo:** F  
**Metade:** Taravé  
**Pai:** Martins                      **Mãe:** Rita  
**Cônjuge:** Plínio (54 Bis)  
**Filhos:**  
 Luciléia                              F              0  
 Rafaela                                F              3

**02.A.04. Grécie**

**Idade:** 14                      **Sexo:** F  
**Metade:** Taravé  
**Pai:** Martins                      **Mãe:** Rita  
**Cônjuge:**  
**Filhos:**

**02.A.05. Greciomar**

**Idade:** 12                      **Sexo:** M  
**Metade:** Taravé  
**Pai:** Martins                      **Mãe:** Rita  
**Cônjuge:**  
**Filhos:**

**02.A.06. Elisângela**

**Idade:** 11                      **Sexo:** F  
**Metade:** Taravé  
**Pai:** Martins                      **Mãe:** Rita  
**Cônjuge:**  
**Filhos:**

**02.A.07. Cássia**

**Idade:** 9                        **Sexo:** F  
**Metade:** Taravé  
**Pai:** Martins                      **Mãe:** Rita  
**Cônjuge:**  
**Filhos:**

**02.A.08. Rafaela**

**Idade:** 3                        **Sexo:** F  
**Metade:** Mutum  
**Pai:** Plínio (54 Bis)              **Mãe:** Lucinéia  
**Cônjuge:**  
**Filhos:**

<sup>21</sup> Ao lado de cada nome encontraremos a referência de cada indivíduo: o primeiro número corresponde à casa, a letra central ao lado em que se encontra a casa e o último número corresponde ao indivíduo. Desta maneira, o leitor poderá cruzá-lo com o croqui que se encontra na página 28.

**02.A.09. Luciléia**
**Idade:** 0

**Sexo:** F

**Metade:** Mutum

**Pai:** Plínio (54 Bis)

**Mãe:** Lucinéia

**Cônjuge:**
**Filhos:**
**03.A.01. Zequinha Parintintin**
**Idade:** 33

**Sexo:** M

**Metade:** Mutum

**Pai:** Benedito

**Mãe:** Maria

**Cônjuge:**
**Filhos:** Maria Elenice

Savino M 1

Severino M 5

Carlinhos M 7

Sebastião M 9

Zefinha F 11

**03.A.02. Zefinha**
**Idade:** 11

**Sexo:** F

**Metade:** Mutum

**Pai:** Zequinha Parintintin

**Mãe:** Maria Elenice

**Cônjuge:**
**Filhos:**
**03.A.03. Sebastião**
**Idade:** 9

**Sexo:** M

**Metade:** Mutum

**Pai:** Zequinha Parintintin

**Mãe:** Maria Elenice

**Cônjuge:**
**Filhos:**
**03.A.04. Carlinhos**
**Idade:** 7

**Sexo:** M

**Metade:** Mutum

**Pai:** Zequinha Parintintin

**Mãe:** Maria Elenice

**Cônjuge:**
**Filhos:**
**03.A.05. Severino**
**Idade:** 5

**Sexo:** M

**Metade:** Mutum

**Pai:** Zequinha Parintintin

**Mãe:** Maria Elenice

**Cônjuge:**
**Filhos:**
**03.A.06. Savino**
**Idade:** 1

**Sexo:** M

**Metade:** Mutum

**Pai:** Zequinha Parintintin

**Mãe:** Maria Elenice

**Cônjuge:**
**Filhos:**
**04.A.01. Raimundo Garcia**
**Idade:** 45

**Sexo:** M

**Metade:** Mutum

**Pai:** Tukaiari

**Mãe:** Ikãva'i

**Cônjuge:** Maria

**Filhos:**

Marivaldo M 9

Daniel M 10

Valdete F 11

Juliana F 12

Marluce F 14

Adelson M 15

Genival M 16

Arivelton M 18

**04.A.02. Maria**
**Idade:** 45

**Sexo:** F

**Metade:** Taravé

**Pai:** Duca

**Mãe:** Doralina

**Cônjuge:** 1º

**Cônjuge:** 2º Raimundo

Almerindo

Garcia

**Filhos:**

Marivaldo

M 9

Daniel

M 10

Valdete

F 11

Juliana

F 12

Marluce

F 14

Adelson

M 15

Genival

M 16

Arivelton

M 18

**04.A.03. Arivelton**
**Idade:** 18

**Sexo:** M

**Metade:** Mutum

**Pai:** Garcia

**Mãe:** Maria:

**Cônjuge:**
**Filhos:**
**04.A.04. Genival**
**Idade:** 16

**Sexo:** M

**Metade:** Mutum

**Pai:** Garcia

**Mãe:** Maria

**Cônjuge:**
**Filhos:**
**04.A.05. Adelson**
**Idade:** 15

**Sexo:** M

**Metade:** Mutum

**Pai:** Garcia

**Mãe:** Maria

**Cônjuge:**
**Filhos:**
**04.A.06. Marluce**
**Idade:** 14

**Sexo:** F

**Metade:** Mutum

**Pai:** Garcia

**Mãe:** Maria

**Cônjuge:**
**Filhos:**
**04.A.07. Juliana**
**Idade:** 12

**Sexo:** F

**Metade:** Mutum

**Pai:** Garcia

**Mãe:** Maria

**Cônjuge:**
**Filhos:**
**04.A.08. Valdete**
**Idade:** 11

**Sexo:** F

**Metade:** Mutum

**Pai:** Garcia

**Mãe:** Maria

**Cônjuge:**
**Filhos:**
**04.A.09. Daniel**
**Idade:** 10

**Sexo:** M

**Metade:** Mutum

**Pai:** Garcia

**Mãe:** Maria

**Cônjuge:**
**Filhos:**

**04.A.10. Marivaldo**
**Idade:** 9

**Sexo:** M

**Metade:** Mutum

**Pai:** Garcia

**Mãe:** Maria

**Cônjuge:**
**Filhos:**
**06.A.01. Manoel Canela**
**Idade:** 49

**Sexo:** M

**Metade:** Taravé

**Pai:** Duca

**Mãe:** Doralina

**Cônjuge:** Maria

Tenharim

**Filhos:**

Marcos Vinícius	M	3
Cleomar	M	10
Cleodo	M	11
Angenira	F	13
Vandira	F	15

**06.A.02. Maria Tenharim**
**Idade:** 32

**Sexo:** F

**Metade:** Mutum

**Pai:** Pedro Jukuna

**Mãe:** Teresinha

**Cônjuge:**
**Filhos:** Manoel Canela

Marcos Vinícius	M	3
Cleomar	M	10
Cleodo	M	11
Angenira	F	13
Vandira	F	15

**06.A.03. Vandira**
**Idade:** 15

**Sexo:** F

**Metade:** Taravé

**Pai:** Canela

**Mãe:** Maria

**Cônjuge:**
**Filhos:**
**06.A.04. Angenira**
**Idade:** 13

**Sexo:** F

**Metade:** Taravé

**Pai:** Canela

**Mãe:** Maria

**Cônjuge:**
**Filhos:**
**06.A.05. Cleodo**
**Idade:** 11

**Sexo:** M

**Metade:** Taravé

**Pai:** Canela

**Mãe:** Maria

**Cônjuge:**
**Filhos:**
**06.A.06. Cleomar**
**Idade:** 10

**Sexo:** M

**Metade:** Taravé

**Pai:** Canela

**Mãe:** Maria

**Cônjuge:**
**Filhos:**
**06.A.07. Marcos Vinícius**
**Idade:** 3

**Sexo:** M

**Metade:** Taravé

**Pai:** Canela

**Mãe:** Maria

**Cônjuge:**
**Filhos:**



**11.B.01. Manoel Arraia**

**Idade:** 70

**Sexo:** M

**Metade:** Mutum

**Pai:** Pyra

**Mãe:** Ikāva'i

**Cônjuge:** Doralina

**Filhos:**

Rita

F 40

**12.B.01. Kari**

**Idade:** 70

**Sexo:** M

**Metade:** Taravé

**Pai:** Piroba

**Mãe:** Borehakatu

**Cônjuge:** Marlene

**Filhos:**

Glenda

F 1

Cristiane

F 4

Cristiano

M 8

**12.B.02. Marlene**

**Idade:** 30

**Sexo:** F

**Metade:** Mutum

**Pai:** Geraldo

**Mãe:** Maria Emília

**Cônjuge:** Kari

**Filhos:**

Glenda

F 1

Cristiane

F 4

Cristiano

M 8

**12.B.03 Cristiano**

**Idade:** 8

**Sexo:** M

**Metade:** Taravé

**Pai:** Kari

**Mãe:** Marlene

**Cônjuge:**

**Filhos:**

**12.B.04. Cristiane**

**Idade:** 4

**Sexo:** F

**Metade:** Taravé

**Pai:** Kari

**Mãe:** Marlene

**Cônjuge:**

**Filhos:**

**12.B.05. Glenda**

**Idade:** 1

**Sexo:** F

**Metade:** Mutum

**Pai:** Kari

**Mãe:** Marlene

**Cônjuge:**

**Filhos:**

**13.B.01. Almerindo**

**Idade:** 68

**Sexo:** M

**Metade:** Mutum

**Pai:** Pyra

**Mãe:** Ikāva'i

**Cônjuge:** Maria Emília

**Filhos:**

Elvis

M 7

Otaciano

M 15

Nelson

M 30

**13.B.02. Maria Emília**

**Idade:** 60

**Sexo:** F

**Metade:** Taravé

**Pai:** Poranga

**Mãe:** Juvaré

**Cônjuge:** Almerindo (falecidoGeraldo)

**Filhos:**

Elvis

M 7

Otaciano

M 15

**13.B.03. Nelson**

**Idade:** 30

**Sexo:** M

**Metade:** Mutum

**Pai:** Almerindo

**Mãe:** Maria

**Cônjuge:**

**Filhos:**

**13.B.04. Otaciano**

**Idade:** 15

**Sexo:** M

**Metade:** Mutum

**Pai:** Almerindo

**Mãe:** Maria Emília

**Cônjuge:**

**Filhos:**

**13.B.05. Elvis**

**Idade:** 7

**Sexo:** M

**Metade:** Mutum

**Pai:** Almerindo

**Mãe:** Maria Emília

**Cônjuge:**

**Filhos:**

**Idade:**

**Sexo:**

**Metade:**

**Pai:**

**Mãe:**

**Cônjuge:**

**Filhos:**

## **Memorial Descritivo**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI  
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE MANAUS

## DIVISÃO FUNDIÁRIA - DFU

### MEMORIAL DESCRITIVO

#### DENOMINAÇÃO

TERRA INDÍGENA TENHARIM DO IGARAPÉ PRETO

#### ALDEIAS INTEGRANTES

IGARAPÉ PRETO

#### GRUPO INDÍGENA

TENHARIM

#### LOCALIZAÇÃO

MUNICÍPIO: Manicoré

ESTADO: Amazonas

#### ADR: PORTO VELHO

#### COORDENADAS DOS EXTREMOS

EXTREMO	LATITUDE	LONGITUDE
NORTE	08°17'53" S	61°11'40" Wgr
LESTE	08°29'53" S	61°01'57" Wgr
SUL	08°38'03" S	61°07'05" Wgr
OESTE	08°34'35" S	61°24'10" Wgr

#### BASE CARTOGRÁFICA

NOMENCLATURA	ESCALA	ÓRGÃO	ANO
MI - 1319 MI - 1397	1:100.000	IBGE	1984

**SUPERFÍCIE:** 88.140 (Oitenta e Oito Mil, Cento e Quarenta Hectares) aproximadamente

**PERÍMETRO:** 146.777 (Cento e Quarenta e Seis Mil, Setecentos e Setenta e Sete Metros) aproximadamente.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI  
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE MANAUS

**NORTE** - Partindo do PONTO-01 de coordenadas geográficas aproximadas de 08°17'53" S e 61°11'40" Wgr, localizado na confluência do Igarapé Minhoca com Rio Machadinho; daí segue pelo referido rio no sentido jusante margem direita até o PONTO-02 de coordenadas geográficas aproximadas de 08°18'23" S e 61°05'34" Wgr, localizado na confluência com Igarapé da Onça.

**LESTE** - Do ponto antes descrito, segue pelo Igarapé da Onça sua montante margem esquerda até sua cabeceira PONTO-03 de coordenadas geográficas aproximadas 08°20'55" S e 61°04'36" Wgr; daí, segue por uma linha reta no azimute e distância aproximados de 149°51'10" e 1.389.74 metros até o PONTO-04 de coordenadas geográficas aproximadas de 08°21'34" S e 61°04'13" Wgr localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por uma linha reta no azimute e distância aproximados de 171°57'00" e 4.223.40 metros até o PONTO-05 coordenadas geográficas aproximadas 08°23'50" S e 61°03'53" Wgr, localizado na cabeceira de um braço afluente de um igarapé sem denominação; daí, segue por este sentido montante até o PONTO-06 de coordenadas geográficas aproximadas de 08°24'26" S e 61°02'37" Wgr localizada na confluência com igarapé sem denominação; daí, segue por este sentido montante até o PONTO-07 de coordenadas geográficas aproximadas 08°26'44" S e 61°03'24" Wgr localizado em sua cabeceira; daí, segue por uma linha reta no azimute e distância aproximados de 155°40'03" S e 6.388.59 metros até o PONTO-08 de coordenadas geográficas aproximadas 08°29'53" S e 61°01'57" Wgr localizado na confluência de um igarapé sem denominação com Igarapé Saudade; daí, segue pelo Igarapé Saudade sentido montante até o PONTO-09 de coordenadas geográficas aproximadas 08°30'55" S e 61°03'45" Wgr localizado na confluência com um braço afluente de sua margem direita; daí, segue por este sentido montante até sua cabeceira PONTO-10 de coordenadas geográficas aproximadas 08°32'35" S e 61°03'57" Wgr; daí, segue por uma linha



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI  
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE MANAUS

reta no azimute e distância aproximados de  $113^{\circ}05'48''$  S e 1.426.77 metros até o PONTO-11 de coordenadas geográficas aproximadas  $08^{\circ}32'53''$  S e  $61^{\circ}03'14''$  Wgr localizado na cabeceira do Igarapé Panema; daí, segue por este sentido jusante até o PONTO-12 de coordenadas geográficas aproximadas  $08^{\circ}36'19''$  S e  $61^{\circ}02'58''$  Wgr localizado na confluência com Igarapé Preto; daí, segue por este sentido jusante até o PONTO-13 de coordenadas geográficas aproximadas  $08^{\circ}36'35''$  S e  $61^{\circ}01'44''$  Wgr situado em sua margem direita na interseção com uma estrada vicinal na Mineração Taboca S/A.

**SUL** - Do ponto antes descrito segue pela vicinal até o PONTO-14 de coordenadas geográficas aproximadas  $08^{\circ}38'03''$  S e  $61^{\circ}07'05''$  Wgr, localizado na interseção com Igarapé Taboca; daí, segue por este no sentido montante até o PONTO-15 de coordenadas geográficas aproximadas  $08^{\circ}39'02''$  S e  $61^{\circ}09'18''$  Wgr localizado na confluência com Igarapé Água Limpa; daí, segue por este no sentido montante até sua cabeceira PONTO-16 de coordenadas geográficas aproximadas  $08^{\circ}36'37''$  S e  $61^{\circ}13'13''$  Wgr; daí, segue por uma linha reta no azimute e distância aproximados de  $309^{\circ}03'33''$  e 392.32 metros até o PONTO-17 de coordenadas geográficas aproximadas  $08^{\circ}36'29''$  S e  $61^{\circ}13'23''$  Wgr localizado no bordo direito de uma rodovia vicinal sentido Mineração de Cassiterita/BR 230 Transamazônica; daí, segue pelo referido bordo até o PONTO-18 de coordenadas geográficas aproximadas  $08^{\circ}34'35''$  S e  $61^{\circ}24'10''$  Wgr local denominado Bodocó.

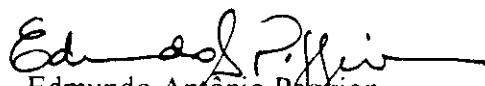
**OESTE** - Do ponto antes descrito segue por uma linha reta no azimute a distância aproximados de  $33^{\circ}48'16''$  e 221.22 metros até o PONTO-19 de coordenadas geográficas aproximadas  $08^{\circ}34'29''$  S e  $61^{\circ}24'06''$  Wgr localizado na cabeceira do Igarapé Preto; daí, segue por este sentido jusante até o PONTO-20 de coordenadas geográficas aproximadas  $08^{\circ}32'55''$  S e  $61^{\circ}21'44''$  Wgr localizado na confluência de um braço afluente de sua margem esquerda; daí, segue por uma



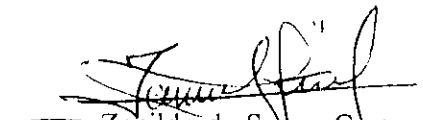
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI  
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE MANAUS

linha reta no azimute e distâncias aproximados de  $45^{\circ}57'51''$  e 5.852,41 metros até o PONTO-21 de coordenadas geográficas aproximadas  $08^{\circ}30'42''$  S e  $61^{\circ}19'27''$  Wgr, localizado na cabeceira do Igarapé Minhoca, daí, segue por este no sentido jusante até o PONTO-01 inicial da descrição do perímetro...

Técnico Responsável pela  
Definição dos Limites

  
Edmundo Antônio Peggion  
Antropólogo - UFMT

Técnico Responsável pela  
Identificação dos Limites

  
Zenildo de Souza Castro  
Técnico em Agrimensura

## Mapas



## **A questão mineral no Igarapé Preto ( dados fornecidos pelo Instituto Socioambiental)**

294	SETE DE SETEMBRO	HOMOL. REG CRI E SPU.	88880426	REQ. DE PESQ.	880831	CIA DE PESQ. DE RECURSOS MINERAIS - CPRM	COBRE
301	TAPEBA	IDENT.. ENCAM. AO MJ.	82800204	LICENCIAMENTO	820726	ARCANJO DOS SANTOS E FILHO LTDA	GRANITO
301	TAPEBA	IDENT.. ENCAM. AO MJ.	81800399	LICENCIAMENTO	810821	CERAMICA CATOLE LTDA	ARGILA
301	TAPEBA	IDENT.. ENCAM. AO MJ.	94800015	REQ. DE PESQ.	940114	JOSE MONTEIRO NUNES LEITAO	MIGMATITO
301	TAPEBA	IDENT.. ENCAM. AO MJ.	94800463	REQ. DE PESQ.	941017	CAJATY	GRANITO
306	TEMBE	HOMOL. REG CRI E SPU.	89850209	AUTOR. DE PESQ.	890405	MIN. GUARIBA LTDA	ALUMINIO
129	TENHARIM DO IGARAPE PRETO	EM IDENTIFICACAO/REV..	69816569	DISPONIBILIDADE	690901	-	CASSITERITA
129	TENHARIM DO IGARAPE PRETO	EM IDENTIFICACAO/REV..	69816570	DISPONIBILIDADE	690901	-	CASSITERITA
129	TENHARIM DO IGARAPE PRETO	EM IDENTIFICACAO/REV..	71816263	DISPONIBILIDADE	710903	-	CASSITERITA
129	TENHARIM DO IGARAPE PRETO	EM IDENTIFICACAO/REV..	86880202	REQ. DE PESQ.	860630	-	PALADIO
129	TENHARIM DO IGARAPE PRETO	EM IDENTIFICACAO/REV..	94881655	REQ. DE PESQ.	941230	SOBRE AS ONDAS-MIN. INDU. E COM. LTDA	CASSITERITA
129	TENHARIM DO IGARAPE PRETO	EM IDENTIFICACAO/REV..	85880419	REQ. DE PESQ.	850605	-	ESTANHO
129	TENHARIM DO IGARAPE PRETO	EM IDENTIFICACAO/REV..	87880060	REQ. DE PESQ.	870202	-	CASSITERITA
129	TENHARIM DO IGARAPE PRETO	EM IDENTIFICACAO/REV..	88880371	REQ. DE PESQ.	880708	-	ESTANHO
129	TENHARIM DO IGARAPE PRETO	EM IDENTIFICACAO/REV..	88880372	REQ. DE PESQ.	880708	-	ESTANHO
129	TENHARIM DO IGARAPE PRETO	EM IDENTIFICACAO/REV..	93880465	REQ. DE PESQ.	930811	-	CASSITERITA
129	TENHARIM DO IGARAPE PRETO	EM IDENTIFICACAO/REV..	94880096	REQ. DE PESQ.	940120	-	CASSITERITA
307	TENHARIM/MARMELOS	HOMOL. REG CRI.	85880562	REQ. DE PESQ.	850718	-	WOLFRAMITA
307	TENHARIM/MARMELOS	HOMOL. REG CRI.	85880563	REQ. DE PESQ.	850718	-	WOLFRAMITA
307	TENHARIM/MARMELOS	HOMOL. REG CRI.	91880170	REQ. DE PESQ.	910628	-	CASSITERITA
307	TENHARIM/MARMELOS	HOMOL. REG CRI.	91880173	REQ. DE PESQ.	910711	-	MINERIO DE ESTANHO
307	TENHARIM/MARMELOS	HOMOL. REG CRI.	91880174	REQ. DE PESQ.	910711	-	MINERIO DE ESTANHO
312	TIKUNA DE SANTO ANTONIO	HOMOL. REG CRI.	87880415	REQ. DE PESQ.	870916	-	NIOBIO
313	TIKUNA FEIJOAL	HOMOL. REG CRI.	83880524	REQ. DE PESQ.	830711	-	OURO
313	TIKUNA FEIJOAL	HOMOL. REG CRI.	83880525	REQ. DE PESQ.	830711	-	OURO
313	TIKUNA FEIJOAL	HOMOL. REG CRI.	83880526	REQ. DE PESQ.	830711	-	OURO
313	TIKUNA FEIJOAL	HOMOL. REG CRI.	83880527	REQ. DE PESQ.	830711	-	OURO
43	TRINCHEIRA/BACAJA	DELIMITADA. DEM FIS	83850338	AUTOR. DE PESQ.	830407	EMPRESA DE MIN. VIGONOVO LTDA	ZIRCONIO
43	TRINCHEIRA/BACAJA	DELIMITADA. DEM FIS	82851187	AUTOR. DE PESQ.	820927	MIN. RIO JATOBA SA	MOLIBDENITA
43	TRINCHEIRA/BACAJA	DELIMITADA. DEM FIS	84851747	AUTOR. DE PESQ.	841030	MIN. CAETETU LTDA	FOSFATO
43	TRINCHEIRA/BACAJA	DELIMITADA. DEM FIS	82851114	AUTOR. DE PESQ.	820906	MIN. RIO JATOBA SA	COBRE
43	TRINCHEIRA/BACAJA	DELIMITADA. DEM FIS	82851182	AUTOR. DE PESQ.	820927	MIN. RIO JATOBA SA	MOLIBDENITA
43	TRINCHEIRA/BACAJA	DELIMITADA. DEM FIS	82851186	AUTOR. DE PESQ.	820927	MIN. RIO JATOBA SA	NIQUEL
43	TRINCHEIRA/BACAJA	DELIMITADA. DEM FIS	94853585	REQ. DE PESQ.	940817	MIN. ITAMARACA LTDA	OURO
43	TRINCHEIRA/BACAJA	DELIMITADA. DEM FIS	94853586	REQ. DE PESQ.	940817	MIN. ITAMARACA LTDA	OURO
43	TRINCHEIRA/BACAJA	DELIMITADA. DEM FIS	94853587	REQ. DE PESQ.	940817	MIN. ITAMARACA LTDA	OURO
43	TRINCHEIRA/BACAJA	DELIMITADA. DEM FIS	94853588	REQ. DE PESQ.	940817	MIN. ITAMARACA LTDA	OURO
43	TRINCHEIRA/BACAJA	DELIMITADA. DEM FIS	94853589	REQ. DE PESQ.	940817	MIN. ITAMARACA LTDA	OURO
43	TRINCHEIRA/BACAJA	DELIMITADA. DEM FIS	94853590	REQ. DE PESQ.	940817	MIN. ITAMARACA LTDA	OURO
43	TRINCHEIRA/BACAJA	DELIMITADA. DEM FIS	94853591	REQ. DE PESQ.	940817	MIN. ITAMARACA LTDA	OURO
43	TRINCHEIRA/BACAJA	DELIMITADA. DEM FIS	94853592	REQ. DE PESQ.	940817	MIN. ITAMARACA LTDA	OURO
43	TRINCHEIRA/BACAJA	DELIMITADA. DEM FIS	94853593	REQ. DE PESQ.	940817	MIN. ITAMARACA LTDA	OURO
43	TRINCHEIRA/BACAJA	DELIMITADA. DEM FIS	94853594	REQ. DE PESQ.	940817	MIN. ITAMARACA LTDA	OURO

PARANA BOA-BOA (LAGO JUTAI)	DELIMITADA.	4.92	5
PARECI	HOMOLOGADA. REG CRI E SPU.	0.05	1
PEQUIZAL	HOMOLOGADA. REG CRI.	4.20	
PIRINEUS DE SOUZA	HOMOLOGADA. REG CRI E SPU.	14.87	7
POTIGUARA	HOMOLOGADA. REG CRI E SPU.	7.96	4
RAPOSA/SERRA DO SOL	IDENTIFICADA. ENCAMINHADA AO MJ.	39.31	
RIACHAO	DOMINIAL INDIGENA. REG CRI.	14.72	
RIO APAPORIS	DELIMITADA.	49.56	10
RIO BRANCO	HOMOLOGADA. REG CRI E SPU.	33.73	
RIO BRANCO (DO ITANHAEM)	HOMOLOGADA. REG CRI.	0.26	1
RIO MEQUENS	HOMOLOGADA. REG CRI.	50.37	12
RIO MUQUI	INTERDITADA.	82.57	10
RIO NEGRO/OCAIA	HOMOLOGADA. REG CRI E SPU.	3.21	1
RIO PARU DESTA	DELIMITADA.	43.86	20
RIO TEA	DELIMITADA.	30.22	2
ROOSEVELT	HOMOLOGADA. REG CRI E SPU.	70.68	10
SAI CINZA	HOMOLOGADA. REG CRI E SPU.	29.87	10
SALTO GRANDE DO JACUI	DELIMITADA.	85.69	
SANTA INES	HOMOLOGADA. REG CRI.	1.18	2
SAO LEOPOLDO	HOMOLOGADA. REG CRI.	0.02	1
SAO MARCOS	HOMOLOGADA.	15.98	23
SARARE	HOMOLOGADA. REG CRI E SPU.	70.40	19
SERRA MORENA	HOMOLOGADA. REG CRI E SPU.	79.28	2
SETE DE SETEMBRO	HOMOLOGADA. REG CRI E SPU.	14.70	7
TAPEBA	IDENTIFICADA. ENCAMINHADA AO MJ.	5.21	4
TEMBE	HOMOLOGADA. REG CRI E SPU.	15.99	1
TENHARIM DO IGARAPE PRETO	EM IDENTIFICACAO/REVISAO.	52.15	11
TENHARIM/MARMELOS	HOMOLOGADA. REG CRI.	4.60	5
TIKUNA DE SANTO ANTONIO	HOMOLOGADA. REG CRI.	99.12	1
TIKUNA FEIJOAL	HOMOLOGADA. REG CRI.	13.26	4
TRINCHEIRA/BACAJA	DELIMITADA. DEM FIS	58.90	200
TROCARA	HOMOLOGADA. REG CRI E SPU.	6.56	4
TROMBETAS/MAPUERA	A IDENTIFICAR/INTERDITADA.	17.08	33
TUBARAO/LATUNDE	HOMOLOGADA. REG CRI.	46.62	12
TUMUCUMAQUE	RESERVADA.	19.79	20
UMARIACU	EM IDENTIFICACAO/REVISAO.	34.52	3
UMUTINA	HOMOLOGADA. REG CRI E SPU.	1.50	1
UNEIUXI	DELIMITADA.	19.57	10
URU-EU-WAU-WAU	HOMOLOGADA. REG CRI E SPU.	54.93	100
URUBU BRANCO	IDENTIFICADA. ENCAMINHADA AO MJ.	31.91	30
UTIARITI	HOMOLOGADA. REG CRI E SPU.	0.04	
VALE DO GUAPORE	HOMOLOGADA. REG CRI E SPU.	73.69	20
WAI-WAI	EM IDENTIFICACAO/REVISAO.	23.12	11

**Cartas da Empresa Mibrel comunicando as Instituições da finalização das atividades na Área do Igarapé Preto**

São Paulo, 29 de agosto de 1.989.

SOP - 044/89

**AO**

**ADMINISTRADOR REGIONAL DE PORTO VELHO/FUNAI**

**ATT. Dr. Amaury Vieira**

**ASS: Atividades da empresa na região de Igarapé Preto**

**REF: Carta nº 038/GAB/ADRPVH/FUNAI/89 de 10ABR89.**

- 1 - O grupo empresarial PARANAPANEMA desenvolveu atividades de pesquisa e extração mineral na região do Igarapé Preto, mediante concessões legais, desde 1.970. As atividades produtivas, intensas no período 77/84, foram sendo reduzidas a partir de 1.985. Em 1.988, com a carta de 28 de julho (anexo 1), a empresa MIBREL - Mineração Brasileira de Estanho Ltda informou ao Sr. Ministro de Minas e Energia a paralização definitiva da operação da mina.
- 2 - A empresa prosseguiu na área, após a paralização da lavra, com o objetivo de regularizar a desativação completa das atividades. Tais providências podem ser atestadas nas correspondências, da empresa' ao Centro de Desenvolvimento, Pesquisa e Tecnologia do Estado do Amazonas - CODEAMA, em 16Ago88 (anexo 2), da empresa ao 8º Distrito Nacional da Produção Mineral - DNPM, em 02Set88 (anexo 3) e do DNPM ao CODEAMA, ofício nº 0308/88 - 8º D, em 03Out88 (anexo 4).
- 3 - Cessadas as providências legais e operacionais, a empresa pretende encerrar completamente suas atividades na região da antiga área de concessão na primeira semana do mês próximo, revertendo à união a área objeto da concessão legal.
- 4 - Com relação à Comunidade Indígena Tanharin, temos a registrar o convívio fraterno e amistoso observado no período de nossa atividade'

**MIBREL**  
**MINERAÇÃO BRASILEIRA ESTANHO LTDA.**

São Paulo, 16 de agosto de 1988.

**CODEAMA - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO, PESQUISA  
E TECNOLOGIA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
Manaus, AM

**At.:** Dr. Sergio Alfredo Pessoa Figueiredo  
Diretor Presidente

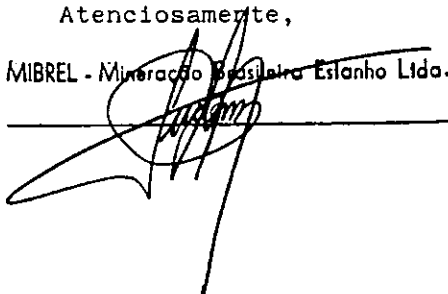
**Assunto:** Mina Igarapé Preto  
Município de Novo Aripuanã - AM

Prezados senhores,

Vimos através desta, conforme combinado anteriormente com V.Sa., em  
caminhar comunicação realizada ao DNPM sob nº 980.624/79, protocola  
da em 03/08/88 relativa à paralização em caráter definitivo da ope-  
ração de lavra da Mina de Igarapé Preto, Distrito e Município de  
Novo Aripuanã, Estado do Amazonas.

Atenciosamente,

MIBREL - Mineração Brasileira Estanho Ltda.



CENTRO DE DESENVOLVIMENTO, PESQUISA E TECNOLOGIA DO ESTADO DO AMAZONAS
== CODEAMA ==
PROTOCOLO -
Recebido em 17/08/88
Walterino

**MIBREL**  
MINERAÇÃO BRASILEIRA ESTANHO LTDA.

MME - DNPM

São Paulo, 02 de Setembro de 1988.

8º DISTRITO - MANAUS

**ILMO. SR. DIRETOR DO VIII DISTRITO DO  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM**  
Manaus, AM

Ref.: DNPM - 980.624/79

Prezado senhor,

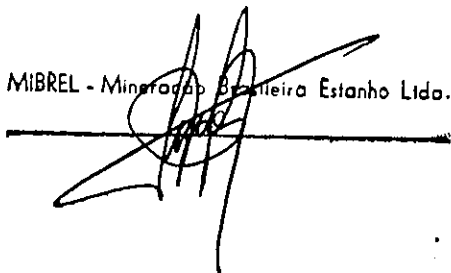
A MIBREL - MINERAÇÃO BRASILEIRA ESTANHO LTDA., vem respeitosamente comunicar-lhe através desta que em 17.08.88, foi dada ciência ao Órgão do Meio Ambiente CODEAMA - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO PESQUISA E TECNOLOGIA DO ESTADO DO AMAZONAS, sobre nosso Ofício/Comunicação feito em 03.08.88 ao Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia referente à paralização em caráter definitivo da Mina de Igarapé Preto, situada no Município de Novo Aripuanã - AM.

Anexamos a esta, cópias de nossa carta de 16.08.88 protocolada no CODEAMA e de nosso Ofício/Comunicação de 28.07.88 protocolado no DNPM.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos

Atenciosamente,

MIBREL - Mineração Brasileira Estanho Ltda.



MME - DNPM

EXMO. SR. MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA

- 3160 1553 8 000000

82 DISTRITO - MANAUS

Ref.: DNPM - 980.624/79

**MIBREL - MINERAÇÃO BRASILEIRA ESTANHO**

LTDA., com sede na Rua Haddock Lobo, 578 - Loja, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no C.G.C./M.F. sob o nº 54.111.075/0001-79, autorizada a funcionar como empresa de Mineração pelo Alvará nº 5.355 de 21.01.85, publicado no D.O.U. de 23.01.85 e arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 8.743/85 em 29.01.85, titular da área referente ao Grupamento Mineiro nº 50, DNPM 980.624/79, vem mui respeitosamente comunicar a V.Sa. a paralização em caráter definitivo da operação de lavra da Mina Igarapé Preto, Distrito e Município de Novo Aripuanã, Estado do Amazonas e que esta paralização acontece depois de uma tentativa infrutífera da retomada da operação, detalhada no Memorial Explicativo, anexo.

Nestes Termos

Pede Deferimento.

São Paulo, 28 de julho de 1988.

MIBREL - Mineração Brasileira Estanho Ltda.







SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Ofício Nº 0308/88 - 8º D.

Em, 03/10/88

Do : Diretor do 8º Distrito do DNPM

Endereço: Alameda Cosme Ferreira, 2.150 - Aleixo

Ao : Dr. SÉRGIO ALFREDO PESSOA FIGUEIREDO - Presidente do CODEAMA

Assunto

Senhor Presidente:

Levamos ao conhecimento desse órgão, que no dia 03 de agosto de 1988, a MIBREL - Mineração Brasileira de Estanho Ltda., titular do Grupamento Mineiro nº 50, DNPM 980.624/79, comunicou a este Departamento a paralização de suas atividades de lavra de estanho no local denominado Igarapé Preto, município de Novo Aripuanã, Estado do Amazonas, por exaustão de suas reservas, apesar de várias tentativas de reavaliação das mesmas. Desta forma, a referida empresa não mais realiza qualquer atividade na área, estando assim a mina desativada.

Atualmente o processo se encontra tramitando neste Distrito, faltando apenas o encaminhamento do referido processo a sede em Brasília, para tornar sem efeito a concessão de lavra.

Atenciosamente

FERNANDO LOPES BURGOS

Diretor do 8º Distrito do DNPM

MME-DNPM

EXMO. SR. MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA

- 3160 1553 88 000000

82 DISTRITO-MANAUS

Ref.: DNPM - 980.624/79

**MIBREL - MINERAÇÃO BRASILEIRA ESTANHO LTDA.**, com sede na Rua Haddock Lobo, 578 - Loja, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no C.G.C./M.F. sob o nº 54.111.075/0001-79, autorizada a funcionar como empresa de Mineração pelo Alvará nº 5.355 de 21.01.85, publicado no D.O.U. de 23.01.85 e arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 8.743/85 em 29.01.85, titular da área referente ao Grupamento Mineiro nº 50, DNPM 980.624/79, vem mui respeitosamente comunicar a V.Sa. a paralização em caráter definitivo da operação de lavra da Mina Igarapé Preto, Distrito e Município de Novo Aripuanã, Estado do Amazonas e que esta paralização acontece depois de uma tentativa infrutífera da retomada da operação, detalhada no Memorial Explicativo, anexo.

Nestes Termos

Pede Deferimento.

São Paulo, 28 de julho de 1988.

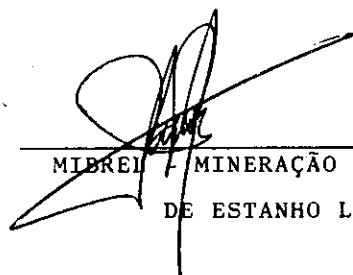
MIBREL - Mineração Brasileira Estanho Ltda.

# MIBREL

## MINERAÇÃO BRASILEIRA ESTANHO LTDA.

na região. No início de nossos trabalhos não havia presença dos índios tenharins nas proximidades das áreas de concessão. Com o decorrer do tempo alguns deles localizaram-se próximo ao acampamento principal da mina e, talvez devido ao apoio recebido, foram crescendo em quantidade até ultrapassar a casa das 80 pessoas. Atendendo às solicitações dos índios e dessa Fundação, a empresa construiu 25<sup>3</sup> casas de madeira para moradia e lhes tem prestado auxílio sob a forma de transporte, atendimento médico-odontológico, alimentação e ajuda financeira, quando necessário.

- 5 - Estamos certos de que, com a criação da Área Indígena Tenharin Transamazônica, com 488.500 hectares, e com a interdição, pela Portaria PP/3538, de 19Fev87, de 79.500 hectares para a futura Área Indígena Tenharin Igarapé Preto, e com a proteção da Lei e dessa Fundação, a Comunidade Indígena Tenharin poderá preservar seus direitos e seus interesses.
- 6 - A empresa, como tem feito durante o período de atividades na região, permanecerá à disposição da FUNAI e da Comunidade Indígena para o estudo de medidas que, dentro de suas possibilidades, possam trazer o benefício comum.
- 7 - Valemo-nos da oportunidade para apresentar protestos de consideração e apreço.

  
 MIBREL / MINERAÇÃO BRASILEIRA  
 DE ESTANHO LTDA

- Anexos — 1 - carta de 28 julho 88, da empresa ao Sr. Ministro das minas e Energia.
- 2 - carta de 16 agosto 88, da empresa ao CODEAMA.
- 3 - carta de 02 setembro 88, da empresa ao 8º Distrito/DNPM
- 4 - ofício de 03 de Outubro 88, nº 0308/88 - 8º Distrito do DNPM ao CODEAMA.

C/C PARA A 5ª SUER/FUNAI

MME - DNPM

EXMO. SR. MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA  
- 3160 1538 000000

8º DISTRITO - MANAUS

Ref.: DNPM - 980.624/79

**MIBREL - MINERAÇÃO BRASILEIRA ESTANHO**  
LTDA., com sede na Rua Haddock Lobo, 578 - Loja, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no C.G.C./M.F. sob o nº 54.111.075/0001-79, autorizada a funcionar como empresa de Mineração pelo Alvará nº 5.355 de 21.01.85, publicado no D.O.U. de 23.01.85 e arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 8.743/85 em 29.01.85, titular da área referente ao Grupamento Mineiro nº 50, DNPM 980.624/79, vem mui respeitosamente comunicar a V.Sa. a paralização em caráter definitivo da operação de lavra da Mina Igarapé Preto, Distrito e Município de Novo Aripuanã, Estado do Amazonas e que esta paralização acontece depois de uma tentativa infrutífera da retomada da operação, detalhada no Memorial Explicativo, anexo.

Nestes Termos  
Pede Deferimento.

São Paulo, 28 de julho de 1988.

MIBREL - Mineração Brasileira Estanho Ltda.



**MIBREL**  
**MINERAÇÃO BRASILEIRA ESTANHO LTDA.**

São Paulo, 16 de agosto de 1988.

**CODEAMA - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO, PESQUISA  
E TECNOLOGIA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
Manaus, AM

**At.:** Dr. Sergio Alfredo Pessoa Figueiredo  
Diretor Presidente

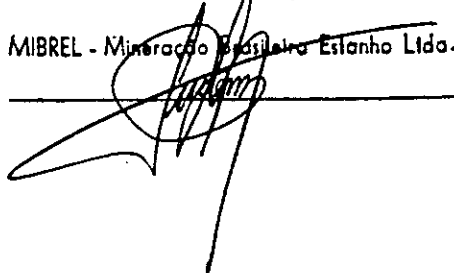
**Assunto:** Mina Igarapé Preto  
Município de Novo Aripuanã - AM

Prezados senhores,

Vimos através desta, conforme combinado anteriormente com V.Sa., em  
caminhar comunicação realizada ao DNPM sob nº 980.624/79, protocola  
da em 03/08/88 relativa à paralização em caráter definitivo da ope-  
ração de lavra da Mina de Igarapé Preto, Distrito e Município de  
Novo Aripuanã, Estado do Amazonas.

Atenciosamente,

MIBREL - Mineração Brasileira Estanho Ltda.



CENTRO DE DESENVOLVIMENTO, PESQUISA E TECNOLOGIA DO ESTADO DO AMAZONAS
== CODEAMA ==
PROTOCO 0 -
Recebido em 17.08.1988
Walterius

## **Relatório de Plácido Costa Junior (1997), componente do GT**

## **Relatório de Ozires Ribeiro Soares e João Castro Ximenes (1997), componentes do GT**



Fundação Nacional do Índio  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

## RELATÓRIO

O Grupo de Trabalho constituído pela Portaria nº 117/PRES, de 31 de janeiro de 1997, foi designado para realizar estudos de revisão da Terra Indígena TENHARIM IGARAPÉ PRETO, localizada no Município de Manicoré, Estado do Amazonas.

Parte do Grupo reuniu-se em Porto Velho, na Administração Regional da FUNAI, que partiu com destino a Cidade de Humaitá-AM, onde completou a equipe com a apresentação do servidor do INCRA.

### **COMPONENTES:**

- 1) EDMUNDO ANTONIO PEGGION, antropólogo e Coordenador do GT/UFMT.
- 2) ZENILDO DE SOUZA CASTRO, técnico em agrimensura/FUNAI/ADR/MANAUS.
- 3) OZIRES RIBEIRO SOARES, técnico em agricultura e pecuária/FUNAI/Brasília.
- 4) PLÁCIDO COSTA JÚNIOR, biólogo-colaborador/OPAN/MT.
- 5) JOÃO CASTRO XIMENES, técnico agrícola/INCRA/HUMAITÁ/AM.

Partindo de Humaitá dia 08 de fevereiro do corrente exercício, com destino para a citada Terra Indígena, onde chegou no dia seguinte a tarde.

No dia 10 foi realizada reunião na aldeia, junto com a comunidade indígena, ocasião que foi planejado o esquema de trabalho a ser executado, tanto para a definição dos limites, quanto para o levantamento fundiário.

Após a reunião ficou caracterizado que haveria um acréscimo ao sul da Terra Indígena, já declarada como de ocupação do grupo tenharim, através da Portaria Interministerial nº 535, de 21 de novembro de 1989, publicada no Diário Oficial da União de 23.11.89.

No acréscimo ficou incluído toda a área onde a empresa mineração Brasileira de Estanho Ltda-MIBREL, do grupo empresarial PARAPANEMA, atuava e que foi desativada totalmente no ano de 1989, conforme Ofício nº 044/SOP/89, dirigido a Administração Regional da FUNAI em Porto Velho/RO (cópia em anexo).

Na vistoria realizada, ficou constatado o abandono total das benfeitorias. Existindo apenas algumas edificações residenciais e não residenciais em mau estado de conservação, sendo que a maioria apresentam somente os vestígios, de acordo com a seguinte descrição:



## BENFEITORIAS EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO

### 1) Pista de pouso

Área de aproximação (cabeceira) 20.000 m<sup>2</sup>

Proteção lateral 160.000 m<sup>2</sup>

Eixo útil de rolamento 40.000 m<sup>2</sup>

Compactação 20.000 m<sup>2</sup>

Revestimento 20.000m<sup>2</sup>

### 2) Capim brachiária 50 ha.

## BENFEITORIAS EM REGULAR ESTADO DE CONSERVAÇÃO

### 1) Estradas

a) Pista de Pouso/Igarapé Preto 1.500 m.

b) Igarapé Preto/ Sede Mineração 2.000 m.

c) Bodocó/Pista de Pouso 31.000 m.

2) Piscina em alvenaria e azulejos medindo 12m x 6m x 1,20m.

3) Quadra de esporte de cimento medindo 30m x 20m.

4) Poço, com 06m de profundidade e 01m diâmetro.

## BENFEITORIAS EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO

1) Cerca de arame farpado com 5 fios 3.000m.

### 2) Escritório

Paredes de tábua bruta 108m<sup>2</sup>

Piso de cimento 36m<sup>2</sup>

Cobertura de telha plástica 36m<sup>2</sup>

Pintado

### 3) Depósito

Paredes de tabuas bruta 100m<sup>2</sup>

Piso de tábuas bruta 40m<sup>2</sup>

Sem a cobertura

### 4) Casa

Parede de tábua bruta de madeira de lei 1.579,50m<sup>2</sup>

Piso de cimento 58,50m<sup>2</sup>

Cobertura de alumínio 58,50m<sup>2</sup>

Calçada 30m<sup>2</sup>

Forro 30m<sup>2</sup>

### 5) Escritório

Paredes de alvenaria 282m<sup>2</sup>

Piso de cimento 157,50

Cobertura de amianto 157,50m<sup>2</sup>



Pintado

Calçada 20m<sup>2</sup>

6) **Casa do relógio de ponto**

Parede de tábuas bruta 25m<sup>2</sup>

Piso de cimento 6m<sup>2</sup>

Cobertura de amianto 6m<sup>2</sup>

7) **Casa do engenheiro**

Parede de alvenaria 260m<sup>2</sup>

Parede de tábuas bruta de madeira de lei 260m<sup>2</sup>

Piso de cimento 289m<sup>2</sup>

Cobertura de amianto 289m<sup>2</sup>

Forro 289m<sup>2</sup>

Pintada

8) **04 Casas residenciais.**

Paredes de tábuas bruta de madeira de lei 204 m<sup>2</sup> (cada)

Piso de cimento 66m<sup>2</sup> (cada)

Cobertura de amianto 66m<sup>2</sup>(cada)

Forro 66m<sup>2</sup>(cada)

Calçada 18m<sup>2</sup>(cada)

Pintadas

**VESTÍGIOS DE EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS, NÃO RESIDENCIAIS  
E OUTRAS BENFEITORIAS.**

1) **Casa de força**

Piso de cimento 260m<sup>2</sup>

Paredes de alvenaria (partes)

Pilares de alvenaria (0,50mx0,50mx4,00m) sem a cobertura

Sem a cobertura

2) **Chapéu de palha**

Piso de cimento com 15m de diâmetro

Sem a cobertura

3) **Casa dos engenheiros**

Paredes de tabuas e alvenaria

Piso de cimento 200m<sup>2</sup>

Sem a cobertura

4) **Casa dos engenheiros**

Paredes de tábuas bruta

Piso de cimento 143m<sup>2</sup>

Sem a cobertura

Calçada 48m<sup>2</sup>

Acervo  
5) **Galpão para secar e separar minérios**

Paredes de tábuas brutas  
Piso de cimento 231m<sup>2</sup>  
Cobertura de amianto  
Calçada 64m<sup>2</sup>

6) **Almoxarifado**

Paredes de tábuas brutas  
Piso de cimento 220m<sup>2</sup>  
Cobertura de amianto  
Forrado  
Calçada 64m<sup>2</sup>

7) **Restaurante**

Piso de cimento 840m<sup>2</sup>  
Sem outras características

8) **Farmácia**

Piso de cimento 402,50m<sup>2</sup>  
Sem outras características

9) **Bar**

Piso de cimento 402,50m<sup>2</sup>  
Sem outras características

10) **Igreja**

Piso de cimento 55m<sup>2</sup>  
Sem outras características

11) **Escola**

Piso de cimento 220m<sup>2</sup>  
Sem outras características

12) **Casa da merenda**

Piso de cimento 308m<sup>2</sup>  
Sem outras características

13) **Casa dos seguros**

Piso de cimento 312m<sup>2</sup>  
Sem outras características

14) **Alojamento**

Paredes de alvenaria 334m<sup>2</sup>  
Piso de cimento 268,25m<sup>2</sup>  
Cobertura de alumínio  
Forrado e Pintado

Acervo  
15) 04 casas residenciais

Paredes de tábua bruta de madeira de lei 204m<sup>2</sup> (cada)  
Piso de cimento 66m<sup>2</sup> (cada)  
Cobertura de amianto  
Forradas e pintadas  
Calçada 15m<sup>2</sup> (cada)

16) 20 casas residenciais

Paredes de tábua bruta de madeira de lei 162m<sup>2</sup> (cada)  
Piso de cimento 80m<sup>2</sup> (cada)  
Sem a cobertura  
Calçada 18m<sup>2</sup> (cada)

17) Tanque de alvenaria, rebocado, medindo 5,00mx4,00mx1,80m.

18) Ponto de madeira de lei, no Igarapé Preto, sem características e dimensões.

Em vários locais da área de atuação da MIBREL, encontra-se restos de equipamentos diversos utilizados na exploração mineral, inclusive de retro-escavadeira, dragas e 01 tanque de ferro para combustível.


Existiam redes elétricas e hidráulicas em todas as edificações da mineração, que se encontram danificadas, com a desativação definitiva da mina.

A mineração possuía somente alvará para a exploração do minério. Segundo o técnico do INCRA e membro do GT, não existem títulos expedidos nos limites do acréscimo estudado. Portanto não foi necessário realizar o levantamento no Cartório de Registro de Imóveis.

Diante da condição para a exploração e das correspondências da empresa, encaminhadas para a FUNAI, DNPM, Ministério das Minas e Energia e CODEAMA (cópias anexas), solicitando a paralisação em caráter definitiva, o que ocorreu no mesmo ano, deixando o local em total abandono. O grupo encontrou partes das benfeitorias em péssimo estado de conservação e outras totalmente danificadas, não sendo possível caracteriza-las para avaliação.

As benfeitorias existentes na aldeia, constituídas pela Mineração MIBREL, conforme laudo de vistoria elaborado pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria nº 1833/E, de 12 de fevereiro de 1985, não são possíveis de indenização, pois trata-se de um acordo firmado com os índios e FUNAI.

Brasília., 14 de março de 1997

  
OZÍRES RIBEIRO SOARES  
Técnico da FUNAI

\_\_\_\_\_  
JOÃO CASTRO XIMENES  
Técnico do INCRA

### índice de fotografias

Foto 1 - família de Martim .....	8
Foto 2 - família de Zequinha Parintintin .....	8
Foto 3 - família de Garcia .....	9
Foto 4 - família de Manoel Canela .....	9
Foto 5 - família de Kari e Manoel Arraia (à direita) .....	10
Foto 6 - família de Almerindo .....	10
Foto 7 - sede abandonada da mineração .....	23
Foto 8 - vista parcial da atual aldeia .....	27
Foto 9 - vista parcial de um roça .....	29
Foto 10 - casamento de Nelson com Zefinha Parintintin .....	31
Foto 11 - casamento de Nelson: ao fundo os jovens da aldeia .....	39
Foto 12 - construções abandonadas pela mineração .....	42
Foto 13 - plantio de arroz na divisa da TI Tenharim do Igarapé Preto .....	43

### índice de figuras

Figura 1 - genealogia da população Tenharim do Igarapé Preto .....	12
Figura 2 - mapa do território Kagwahiva (Nimuendajú, 1924: 202 ) .....	17
Figura 3 - relação de Sabá e Adalberto com Almerindo .....	22
Figura 4 - croqui da aldeia Tenharim do Igarapé Preto .....	28
Figura 5 - indivíduos do Igarapé Preto que residem entre os Tenharim do rio Marmelos .....	32
Figura 6 - pirâmide etária da população do Igarapé Preto .....	37